

Imprensa e patrimônio na cidade do Rio Grande como motes para o Ensino da História

FRANCISCO DAS NEVES ALVES









Imprensa e patrimônio na cidade do Rio Grande como motes para o Ensino da História



- 122 -



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista - Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL - Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL - Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Imprensa e patrimônio na cidade do Rio Grande como motes para o Ensino da História





Lisboa / Rio Grande 2026

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord) Carla Oliveira Cécile Méadel Fabrice d'Almeida João Luís Cardoso José Ignacio Ruiz Rodríguez Valérie Dévillard Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.) Darlinda Moreira Jeffrey Scoot Childs Rosa Sequeira Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.) José Bernardino Milene Alves Paula Carreira Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1º Secretário: Luiz Henrique Torres
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco

2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Imprensa e patrimônio na cidade do Rio Grande como motes para o Ensino da História
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 122
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Fevereiro de 2026

ISBN - 978-65-5306-078-4

CAPA: BISTURI. Rio Grande, 19 maio 1889

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto **PUCRS** (2018),Cátedra Infante (2017),à Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

SUMÁRIO

A caricatura e o Ensino da História: um estudo de caso na cidade do Rio Grande / 11

Estatuária, patrimônio histórico e Ensino de História: o caso do monumento ao Barão do Rio Branco na cidade do Rio Grande / 73

A caricatura e o Ensino da História: um estudo de caso na cidade do Rio Grande

Ideias iniciais

A caricatura constitui uma das manifestações culturais mais expressivas dentre as tantas oriundas das comunidades Alegorias humanas. de variados significados, desenhos ricos em detalhes, rápidos esboços e breves traços sobre o papel têm servido para criar um universo de identidades, reproduzindo, metabolizando metamorfoseando determinadas realidades sob um prisma caricatural. O velho axioma já quase um chavão - de que uma imagem pode valer mais do que mil palavras, se aplica de modo inexorável quando se trata da arte caricata, a qual pode trazer ao público leitor um sentido imediato de interpretação, identificando-se quase que instantaneamente personagens, os cenários e os atos encenados por meio da ilustração nas páginas dos jornais.

Ao longo do século XIX, mormente na sua segunda metade, ocorreria um processo de difusão em larga escala da prática da caricatura. Tornava-se comum no conjunto da imprensa de significativo número de países, a circulação de jornais eminentemente caricatos. Apesar das peculiaridades nacionais e/ou regionais, tais

periódicos tinham feições bastante próximas entre si, constituindo-se, geralmente, em semanários, com quatro ou oito páginas dividas em duas metades, uma para textos, outra para desenhos. Através de imagens pejadas de ironia e simbolismo, associadas e/ou complementadas por escritos da mesma natureza, as publicações caricatas tiveram na prática de um humor cáustico e incisivo um dos elementos essenciais que marcou o seu norte editorial.

No seio da imprensa brasileira, tal difusão também faria sentir seus efeitos e muitos foram os jornais caricatos publicados ao longo do território nacional, com ênfase para as maiores cidades, nas quais a diversificação das atividades jornalísticas era uma realidade. Por meio de suas mensagens visuais carregadas de sarcasmo e de teor marcadamente irônico e de seus textos de caráter opinativo e crítico, os periódicos caricatos refletiram o modus vivendi da sociedade e as transformações pelas quais ela passava, nos seus variados contextos, fosse o local, o regional e/ou o nacional. No Rio Grande do Sul esse processo não seria diferente, desenvolvendo-se vários semanários caricatos, ao longo do século XIX, mormente em seus três principais centros urbanos, ou seja, Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas.

Principal entreposto comercial sul-rio-grandense, servindo ao escoamento da produção pecuário-charqueadora gaúcha e consistindo verdadeira porta de entrada da província, depois estado, a cidade portuária do Rio Grande teve entre as décadas de 1870 e 1890 a fase áurea de sua imprensa caricata, constituindo-se, entre outras, *O Amolador*, *O Diabrete*, o *Maruí* e o *Bisturi* nas mais importantes publicações desse gênero. As

apreciações elaboradas por tais periódicos estiveram, de modo geral, carregadas de um conteúdo crítico, emitindo opiniões sobre os mais variados setores da comunidade. Esses jornais dedicavam-se a estabelecer juízos sobre a sociedade, os costumes e os "desvios" sociais, assumindo, muitas vezes, uma posição até mesmo moralizadora. Assim, o periodismo caricato, ao associar imagem e texto, conquistaria um significativo número de apreciadores, constituindo uma fonte fundamental para a pesquisa e o ensino de natureza histórica¹.

¹ Acerca da relevância do estudo da imprensa caricata, observar: BAHIA, Juarez. Três fases da imprensa brasileira. Santos: Ed. Presença, 1960. p. 39.; BAHIA, Juarez. Jornal, história e técnica; história da imprensa brasileira. 4.ed. São Paulo: Ática, 1990. v.1. p. 129.; e MELO, José Marques de. A opinião no jornalismo brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 120-121. Sobre o conjunto do jornalismo caricato no Brasil, ver: FLEIUSS, Max. A caricatura no Brasil. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. t.80. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. p. 583-609.; LIMA, Herman. História da caricatura no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963; SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na república. SEVCENKO, Nicolau (org.). História da vida privada no Brasil -República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 289-365.; e TÁVORA, Araken. D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura. 2.ed. Rio de Ianeiro: Ed. Documentário, 1976. A respeito da caricatura gaúcha, observar: FERREIRA, Athos Damasceno. Imprensa caricata no Rio Grande do Sul no século XIX. Porto Alegre: Globo, 1962. Especificamente, sobre a caricatura na cidade do Rio Grande, ver: ALVES, Francisco das Neves. A imprensa caricata riograndina ao final do século XIX. In: Anais da XVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. Curitiba:

Na abordagem da imprensa caricata do século XIX como fonte para o ensino da história, deve-se levar em conta que tal gênero traz em suas páginas múltiplas e variadas facetas do cotidiano das sociedades. Ao passo que a imprensa dita séria, com suas construções discursivas mais unívocas e monolíticas, eivada de textos longos e por vezes sisudos e com uma linguagem mais complexa e o uso de termos que buscavam demarcar certa erudição, as folhas caricatas utilizavamse de uma forma de expressão bem mais direta, buscando um contato mais próximo com o leitor e refletindo, muitas vezes, o falar coloquial emitido nas esquinas, nos bares, nos lares e, enfim, nos lugares mais comuns. Assim, associada à caricatura, estavam desde a ironia fina até o humor mais desbragado, revelando o dia a dia das pessoas, suas formas de pensar e agir e detalhes de suas vivências e sociabilidades.

O uso da caricatura como mote para o ensino da história acompanha uma já longínqua caminhada em busca da renovação e multiplicação da documentação de natureza histórica, uma vez que o trabalho com diferentes fontes é sempre indispensável, pois o entendimento de uma realidade não se faz a partir de um documento isolado, embora a reflexão possa se iniciar a partir de um único documento². Tal processo vem obtendo crescente sucesso, graças aos esforços que

_

SBPH, 1996. p. 253-256.; e ALVES, Francisco das Neves. Imprensa caricata rio-grandina e crítica política ao final do Império. *Biblos.* v.8. Rio Grande: Ed. da FURG, 1996. p. 139-146.

² BORGES, Vavy Pacheco et all. *O ensino de história (revisão urgente)*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 44.

atuam no intuito de dinamizar e diversificar as formas tradicionais de apreensão do conhecimento sobre o passado³. É a partir desse mutirão que a história vem sendo criada e recriada por meio de conhecimentos técnicos e sensibilidade⁴. A partir de tal perspectiva vem tornando-se cada vez mais possível uma ampliação das fontes de cunho histórico, permitindo encontrar e esclarecer a ação e a contribuição do conjunto dos agentes sociais presentes na história⁵ e o periodismo caricato coaduna-se plenamente com essa tendência, pois, em suas páginas são encontrados personagens que designam os mais variados segmentos sociais que determinadas circunstâncias e/ou atuaram em conjunturas.

A análise do jornalismo caricato permite assim um amplo conjunto de motes de pesquisa que sirvam à prática do ensino de história. Para tanto, torna-se necessário realizar um estudo do ambiente histórico, do norte editorial e da construção discursiva de um determinado jornal ou conjunto de jornais. Deve-se levar em conta que as práticas jornalísticas constituem um elemento constitutivo que exerce inquestionável ação

-

³ MACEDO, José Rivair. Algumas considerações em torno da pesquisa e do ensino de história. In: SEFFNER, Fernando & BALDISSERA, José Alberto (orgs.). *Qual história? Qual ensino? Qual cidadania?* Porto Alegre: ANPUH, Editora da UNISINOS, 1997. p. 109.

⁴ MICELI, Paulo. Um pedagogia da história? In: PINSKY, Jaime (org.). *O ensino da história e a criação do fato*. 11.ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 46.

⁵ NADAI, Elza. O ensino da história e a "pedagogia do cidadão". In: PINSKY, Jaime (org.). *O ensino da história e a criação do fato*. 14.ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 35.

junto à sociedade, mas que também recebe significativa influência dessa mesma sociedade. Desse modo, é preciso decodificar uma linguagem que chegava aos leitores como testemunha ocular do real, do acontecimento, mas, como toda representação, a imprensa também cria imagens do real: seletivas, limitadas, fragmentadas e, ao mesmo tempo, carregadas de pistas e dados que facilitam a busca de explicitação da realidade⁶.

Nesse sentido, a imprensa caricata como meio para ensinar a história avulta em importância, inclusive pelo conjunto de reações diante de vivências do passado expressas em suas páginas, acrescida do apelo visual que seus desenhos tendem a promover junto do público estudantil. Dessa forma, pode-se realizar o estudo de uma caricatura específica ou de séries temáticas centradas, por exemplo, na análise de um personagem, de um determinado fato, nos costumes, na moda, na história de gênero, em uma simbologia específica7. A gama de possibilidades torna-se ampla, havendo, necessidade de recortes temáticos e portanto, a cronológicos para que a atividade de pesquisa/ensino atinja seus intentos.

No caso da cidade do Rio Grande, há um amplo universo a ser analisado em cada um de seus jornais

_

⁶ FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados.* 11.ed. Campinas: Papirus, 2003. p. 214.

⁷ BRANCATO, Sandra Maria Lubisco. O uso da caricatura no ensino da História. In: SEFFNER, Fernando & BALDISSERA, José Alberto (orgs.). *Qual história? Qual ensino? Qual cidadania?* Porto Alegre: ANPUH, Editora da UNISINO, 1997. p. 206.

caricatos. Para tanto é possível abordar um deles – o *Bisturi* – um dos mais importantes e de maior período de circulação dentre as folhas desse gênero na comuna portuária. Além disso, torna-se necessária a escolha de um objeto de pesquisa no rol do conjunto da construção discursiva desse jornal, recaindo tal opção no caso do presente trabalho sobre as manifestações de natureza política. Ainda assim, o horizonte é amplíssimo, tendo em vista que o citado semanário tinha uma predileção especial pela prática da crítica política, de modo que a seleção ainda mais detalhada aqui proposta recai sobre as representações criadas pelo hebdomadário utilizando-se da zoomorfia para designar as várias modalidades de corrupção e mazelas políticas acontecidos no Brasil do final do século XIX.

Conhecendo o objeto de estudo: uma breve história do semanário caricato *Bisturi*

O Bisturi foi um hebdomadário fundado a 1º de abril de 1888, que se apresentava como uma folha satírica e humorística, destinada a publicar caricaturas, alegorias e outros desenhos da atualidade, poesias e artigos cômicos, sátiras e críticas à política, artes e literatura, além de outros assuntos de ocasião e retratos de personagens célebres. O fundador-proprietário do periódico foi Thadio Alves de Amorim que, apesar das inúmeras e constantes adversidades, conseguiu manter, nas diversas publicações a que esteve ligado, seus textos e desenhos ricos em crítica e ironia. Thadio Amorim já tinha larga experiência junto à imprensa caricata rio-

grandina, tendo trabalhado no *Amolador*, no *Diabrete* e no *Maruí*, vindo a ser proprietário deste e da *Semana Ilustrada* e, mais tarde, no *Bisturi*, no qual se daria o ápice de sua carreira.

Em seu "Programa", o semanário se propunha, a exemplo das demais publicações ligadas à caricatura, a desempenhar um função moralizadora, preocupando-se em denunciar os "desvios" prejudiciais à sociedade. Afirmava que o labor da imprensa fora sempre o alvo de suas aspirações no meio do burburinho da vida social, estando a apresentar-se ante à população civilizada da nobre cidade do Rio Grande. Manifestava muita confiança de que a sua visita não seria repudiada, segundo o propósito inalterável que tinha de tornar-se agradável nas seções de desenhos e na redação, guardados os princípios determinados pela urbanidade, ainda quando fosse de mister ser um pouco pungente na luta de coerção desvios que por vezes aos envergonhavam a todos. Destacava que se empenharia na extirpação da lepra social dos escândalos, da calúnia, de todos os vícios, enfim, sem que se lhe notassem as invectivas livres e as alusões imorais que desedificam na prática do comedimento dos mútuos deveres da família social. Finalmente, enfatizava que naquelas linhas ficava lavrada a profissão solene de sua fé jornalística (1º/abril/1888).

Mesmo que também levasse a suas páginas a crítica social e a de costumes, de acordo com a sua proposta de moralizar a sociedade e corrigir os vícios e mazelas sociais, foi na abordagem política que o *Bisturi* concentrou o seu conteúdo e direcionou o seu comportamento editorial. O periódico não se limitou a notificar e emitir opiniões apenas sobre os assuntos

locais, enfocando também as questões mais complexas da situação política regional e nacional. Com posturas políticas bem demarcadas, o semanário transmitiu, através de seus textos e desenhos, um universo de reações para com o processo de transição da monarquia à república. Entretanto, ao contrário de seus antecessores no jornalismo caricato rio-grandino, que se dedicaram a crítica política sem uma vinculação partidária, o *Bisturi* adotou uma posição político-partidária bem definida de aproximação com as práticas e o pensamento do Partido Liberal, mais especificamente ao liberalismo gasparista, mantendo essa convicção ao longo de toda a sua existência como folha de circulação regular⁸.

O hebdomadário caricato rio-grandino adotou, desde os seus primórdios, uma postura de oposição aos conservadores e defesa dos liberais e, de acordo com essa convicção, ainda nos seus primeiros meses de circulação, Gaspar da Silveira Martins representava uma figura exponencial nas suas páginas. A origem da folha coincidia com a vigência de um gabinete de cunho conservador, contra o qual se opunha. Criticando os governantes conservadores, o jornal afirmava ainda que o povo rio-grandense reconhecia em Silveira Martins o primeiro homem deste século, pelas lutas incessantes que ele empreendia em prol dos interesses gaúchos, tão criminosamente descurados por um governo indolente e desmoralizado (9/dezembro/1888).

_

⁸ A respeito do contexto histórico no qual o jornal esteve inserido, observar: ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Federalista: história & historiografia*. Rio Grande: FURG, 2002. p. 9-40.

De acordo com sua posição partidária, o jornal manifestava seu júbilo por uma derrota do Partido Conservador em eleição local, destacando que tinham sido derrotados os conservadores desta cidade porque chegara a hora da justiça, porque o eleitorado, como o Cristo, queria enxotar os vendilhões da política a vergalho. Exclamava membros que os daquela agremiação deveriam compreender que foram vencidos sua própria desmoralização, pela nenhuma importância e pela falta de prestígio de seus candidatos (6/janeiro/1889). Já referindo-se a eleições provinciais, o periódico declarava ainda mais abertamente convicção partidária, ao publicar o desenho do próprio responsável pela folha dando os "Parabéns ao Partido Liberal", que continuava a defender a santa causa da liberdade e a atuar como uma nuvem negra a encastelarse nos horizontes da situação vigente (31/março/1889).

Para o semanário caricato o governo exercia, com assombroso descaramento, o patronato mais desbragado que se conhecia, contribuía para aumentar a dívida pública dentro e fora do país e perseguia atrozmente ao comércio e ao povo, com impostos e constantes vexações além de dificultar-lhes os meios de aumentar as suas rendas e progredir as suas indústrias. O periódico considerava que, diante de fatos tão escandalosos, não haveria em nenhum espírito cívico, calma e serenidade, de modo que todos se revoltavam e bradavam contra o governo (17/fevereiro/1889). A partir da instauração do último gabinete imperial, o hebdomadário passou a dar amplo apoio ao governo liberal que ascendera ao poder. Antes mesmo que tivesse a oportunidade de noticiar a inversão partidária, o jornal já manifestava seu desejo por esse acontecimento, afirmando que seria inevitável

que o Imperador chamasse ao poder o Partido Liberal, pois nele estariam os únicos indivíduos que poderiam salvar o país e com quem estava a opinião pública. Para a folha, a Coroa iria reconhecer mais uma vez que, entre os mais proeminentes membros do grande Partido Liberal encontraria os mais dignos de bem governar o país e que bem mereceriam a gratidão da pátria (9/junho/1889).

O hebdomadário manteve-se no apoio ao último gabinete do Império, aplaudindo entusiasticamente a atuação de Gaspar da Silveira Martins. Apesar de tais simpatias, o jornal receberia a mudança da forma de governo brasileira, efetivada a 15 de novembro de 1889, de braços abertos. O anúncio da república só seria feito mais de uma semana depois, tendo em vista os limites impostos às folhas de circulação semanal. Em seu manifesto de adesão, a folha afirmava que o dia daquela transição ficaria marcado para a História do Brasil como a data da sua regeneração política e social, e, colocandose dentre os que faziam parte da unidade nacional, saudava o sol daquele dia. Declarava também que naquele momento todos precisavam, mais do que nunca, ser brasileiros e confraternizarem-se, para que dessa união viesse a força sagrada com que se haveria de mover os destinos do país, que haveria de ser o primeiro, dentre os primeiros nos quadros das nações civilizadas. Acreditava que o Brasil via descortinar-se um novo e prometedor horizonte, tendo surgido gloriosamente no firmamento a gloriosa estátua da república, empunhando a bandeira da liberdade e igualdade (24/novembro/1889).

Além de conclamar os brasileiros à união nacional em nome da nova forma de governo,

declarando que se colocava a postos, sempre pronto a combater em benefício da grande causa nacional, o jornal destacava o fato da mesma ter sido implantada de maneira pacífica. Afirmava que aquele evento fora uma batalha sem sangue e que ocorrera sem que fosse preciso a baioneta ferir o coração da pátria, sem a necessidade de sangue, incêndios, destruição e niilismo e sem que o povo precisasse assistir aos horrores de uma guerra de irmãos. Ao imaginar a república como um sinônimo de liberdade e de igualdade, a folha manifestava seu desejo de ver inaugurado um regime democrático e liberal e, de acordo com essa ideia, questionava sobre o que mais poderia um povo desejar do que a sua liberdade, que poderia desejar, igualdade mais senão (24/novembro/1889).

Durante os primeiros meses da nova forma de governo, o jornal restringiu os seus comentários políticos, tendo em vista a legislação de imprensa e às próprias incertezas que marcavam a vida política gaúcha. Esse comportamento começaria a modificar-se a partir de maio de 1890, com os acontecimentos que levariam Júlio de Castilhos e seus sectários ao poder. Mesmo mantendo-se como adepto da república, o Bisturi não chegou a desvincular-se de suas ligações políticopartidárias e persistiu na admiração de personalidades liberais. Nessa época, o jornal fazia algumas de suas primeiras manifestações anticastilhistas, buscando depreciativa apresentar uma visão bastante serguidores do líder republicano (1º/junho/1890).

Apesar da indisposição para com o castilhismo, o semanário ainda continuou apoiando, por breve período, os governantes da esfera federal. Mesmo assim, o jornal denunciava os riscos que estaria a sofrer a nova

forma de governo (4/maio/1890). Os caminhos seguidos pelos governantes republicanos para promover a consolidação da nova forma de governo logo viriam a despertar a decepção de parte do Bisturi, que, ao final de 1890, já fazia as primeiras manifestações relacionadas à sua desilusão quanto ao tipo de república que estaria sendo implantada no país. O hebdomadário não situação encontrar na nova pressupostos que ele, logo após o 15 de Novembro, considerara fundamentais, ou seja, na sua concepção, a república que estava se formando não era aquela que a folha sonhara, de igualdade e liberdade, e de amor e felicidade, enfim, aquela não seria a "verdadeira república". Um dos elementos marcantes da recente conjuntura política nacional que mais diretamente despertava desencanto do periódico 0 autoritarismo empregado pelos governantes em nome da defesa das instituições republicanas.

Nesse sentido, uma das primeiras críticas entabuladas pelo jornal rio-grandino referia-se à permanência da centralização político-administrativa nos tempos republicanos. A folha denunciava que, quanto a esse aspecto, a situação ia de mal a pior, pois as conveniências que deveriam ser trazidas para os estados com o novo regime federativo era coisa que até então não teria sido vista. Explicava que era de se supor que o monstruoso pólipo, que distendia as pernas de aranha insaciável em benefício do centro, tivesse, em benefício da coletividade da pátria, quem lhe decepasse os tentáculos, porém, mesmo com a república, os estados continuavam a ser um feudo do centro. As críticas tornavam-se incisivas e o periódico perguntava a causa da não existência de um chefe que controlasse essa

nefasta política de absorção, a qual levava ao desprestígio do país (14/dezembro/1890).

Aumentava a contrariedade e intensificavam-se as censuras do *Bisturi* com relação aos governos republicanos. Os ataques do semanário concentravam-se na denúncia de desmandos e corrupção no governo do marechal Deodoro da Fonseca. Entretanto, tendo em vista as medidas de extremo controle tomadas pelas autoridades rio-grandenses, o semanário viu-se premido a amenizar seus pronunciamentos político-partidários, durante boa parte de 1891. Ainda assim, as críticas não deixaram de aparecer, embora mais escassas e direcionando-se ao contexto federal, sem maiores referências à conjuntura política estadual. Uma das principais denúncias estava vinculada à falta de liberdade que pairava sobre a imprensa.

A partir de novembro de 1891, o semanário caricato voltaria a tratar dos assuntos de natureza político-partidária significativa intensidade, com constituindo-se no principal assunto o golpe de Estado perpetrado pelo presidente Deodoro da Fonseca, fechando o Congresso Nacional, e as consequências dele advindas. O jornal se opôs abertamente à dissolução do parlamento e atacou veementemente o governo, afirmando que o chefe supremo, qual marinheiro inábil, navegando em batel apodrecido nos mares de um oceano encapelado, tendo por piloto um lucena estúpido, ignorante e mau, e por velas as folhas da gloriosa constituição, andava desorientadamente entregue aos caprichos bestiais e parecia desejoso em reduzir a mísera nau do Estado a fragmentos imprestáveis. A folha destacava a triste condição em que estava o país, mas, vaticinava que não abusassem da paciência do povo

brasileiro e que não brincassem com ele, pois *água mole em pedra dura...* (8/novembro/1891).

O jornal ficou exultante com a deposição de Júlio de Castilhos e apontou para a necessidade do mesmo ser feito em relação ao presidente da república. Afirmava que já se havia arrancado o javali do seu nefando covil e que estava em poder dos revoltosos o famigerado Castilhos, mas que não estaria ainda terminada a honrosa missão dos bravos patriotas, que tinham pela frente uma segunda luta, não menos gloriosa e brilhante, nem de certo menos terrível. Defendia que era preciso esmagar o chefe déspota, o patoteiro imoral, afastando-o do poder onde havia sido colocado para eterna vergonha do povo brasileiro e para desonra do pavilhão nacional, respeitando-se, assim, os brios tradicionais de um povo independente livre O brasileiro como (15/novembro/1891).

Segundo o hebdomadário rio-grandino, a atitude do presidente da república fora completamente indigna e condenável e anunciava que o nefando e indecoroso procedimento do chefe de Estado e do seu ministro Lucena, a infernal bandalheira, desonra e liquidação moral que eles vinham promovendo, estavam chegando ao seu termo, pois de toda a parte surgiam batalhões de bravos a reunirem voluntariamente suas forcas aos valentes iniciadores da revolta contra a tirania ditatorial (22/novembro/1891). A deposição do marechal Deodoro da Fonseca foi comemorada pelo jornal que descreveu os festejos ocorridos junto à comunidade rioqueda presidencial grandina, advindos da (29/novembro/1891).

O periódico homenageou aqueles que considerou como os heroicos participantes da Revolta de 8 de

Novembro de 1891, destacando que fora do Rio Grande, considerado como uma terra de heróis, que partira o primeiro brado de indignação, o brado da guerra contra o plano sinistro do ditador, que ecoara do sul ao norte, encontrando em todos os corações patriotas a mais franca e sincera adesão (20/dezembro/1891). Mesmo após a derrubada de Deodoro, a folha continuou publicando ferrenhas críticas aquele governante, destacando que, à época do seu governo, o país estava entregue a um bando de corvos esfaimados, os quais queriam arrancar até os olhos, depois de terem sugado todo o sangue do povo. Segundo o semanário, o Brasil caminhava nas trevas, por uma estrada de perigos, vergonhas, desmandos, desregramentos, imprevidências, imoralidades e torpezas (10/janeiro/1892). O Bisturi era extremamente enfático na censura à situação nacional, afirmando que se fora para isso que trabalharam pelo desabamento do Trono que devolvessem o país como estava antes, quando os brasileiros tinham melhor sorte, seus deseios correspondidos e a vida e a propriedade mais garantidas ataques relação às violências em aos (21/fevereiro/1892).

Diante das novas contingências políticas a folha rio-grandina mantinha-se fiel ao gasparismo. Com o retorno do líder liberal, o periódico anunciava entusiasticamente que já estava de volta à pátria o grande patriota Silveira Martins, dando as boas-vindas aquele ilustre cidadão que tantas provas dera do seu patriotismo, grande abnegação civismo e (10/janeiro/1892). Durante o período conhecido como Governicho, em que as forças anticastilhistas estiveram poder, com destaque para dissidentes os

republicanos, o *Bisturi* teceu críticas à instabilidade política e colocou-se na oposição aos governos dessa dissidência. Para a folha, a inconstância política vinha produzindo no ânimo dos rio-grandenses uma volubilidade de ideias que muitas vezes arrastava um país ao precipício (14/fevereiro/1892).

As atitudes governamentais dos dissidentes foram censuradas pelo jornal rio-grandino, mormente no que tange à lei de imprensa promulgada nessa época. O periódico argumentava que não poderia se calar ante esse absurdo do governo do Estado, pois que ele não era mais que um impedimento a essa alavanca do progresso que tanto concorria para o engrandecimento de uma nação. Declarava também que aquele ato do governo levantara uma luta titânica na imprensa, caindo no desagrado daqueles que queriam fazer dela um baluarte. Na concepção do semanário, a imprensa deveria caminhar avante, livre, sem impedimento algum, não se sujeitando aos caprichos de autoridades policiais que na maior parte eram analfabetas. Concluía, afirmando que era deplorável tudo isso e profundamente calamitoso (3/abril/1892).

Ainda sobre o governo da dissidência republicana, a folha afirmava que era triste a situação do Rio Grande do Sul, governado por homens nefandos, que tinham excedido na imprudência, na hediondez torpe e na crapulosa imoralidade, resultando em um caos medonho e uma hidra de abusos e corrupção (14/fevereiro/1892). Para o hebdomadário, os homens que governavam, tanto na esfera federal quanto na regional, eram os falsos devotos da república que deveriam estar de parabéns por verem quase completa a sua execranda missão (10/abril/1892). Premido de um

lado pelos castilhistas derrubados do poder e de outro pelos federalistas de Silveira Martins, o Governicho ficou enfraquecido, abrindo espaço para um nosso golpe que recolocou o castilhismo no governo. A respeito do retorno de Júlio de Castilhos ao poder, o jornal caricato limitou-se a sugerir que o chefe republicano só obtivera tal posição devido ao apoio dos militares, quer seja, da sustentação do Governo Federal, encabeçado pelo marechal Floriano Peixoto (19/junho/1892).

O Bisturi manteve-se na oposição aos castilhistas e denunciava constantemente o autoritarismo por eles praticado. Os caminhos pelos quais estaria trilhando a nova forma de governo, desviando-se do ideal da "verdadeira república", continuavam preocupando o semanário que manifestou essa preocupação afirmando que todos supunham a república, como a deusa do barrete encarnado, uma criatura pura como os anjos, formosa, sedutora, cheia de amor pela sua pátria e muito amiga da "Ordem e do Progresso", mas que tal perspectiva não estaria confirmando se (21/agosto/1892). Além disso, o jornal denunciou constantemente a violência que se espraiava pelo Rio Grande do Sul, condenando os governistas como culpados hecatombe que pela tomava vulto (2/outubro/1892).

Foram várias as homenagens prestados em suas páginas às lideranças das forças anticastilhistas, e, pouco antes do início da Revolução Federalista, o semanário caricato prosseguia denunciando o autoritarismo e a falta de liberdade que estariam marcando a atuação dos governantes. O jornal não se conformava com o cerceamento à liberdade de expressão através da imprensa e com a violência que acompanhava a crise

política advinda da mudança na forma de governo. Desse modo, declarava que roubos, desonras, assassinatos, degolações, saques, incêndios e destruições constituíam toda a história da República dos Estados Unidos do Brasil. Defendia, assim, que, diante daquela situação de horrores e de vergonhas tornava-se imediatamente necessária uma reforma, de modo a não se prolongar por mais tempo aquele estado execrando de crimes e abusos. A folha revelava ainda que era conhecedora do fato que, naquela época, dizer a verdade era expor o coração ao punhal do banditismo oficial, mas exclamava que pouco importava a morte quando se cumpria um dever de consciência (22/janeiro/1893).

Segundo o periódico, com a república, o Brasil havia voltado aos tempos de barbarismo, nos quais lampejava lúgubre e pavorosa a fagulha sinistra da irracionalidade da espécie humana (1º/janeiro/1893). Afirmava ainda que, graças aos desvios que os governantes promoveram no caminho em direção à "verdadeira república", a nova forma de governo, feita tão recentemente, não tinha uma só página na sua história que não estivesse tinta de sangue. Na perspectiva da folha, a modificação institucional estabelecida a 15 de Novembro só tinha uma glória, que consistia no fato de que nenhuma república a tinha excedido na imprudência, na hediondez, no sarcasmo, na impetuosidade da audácia levada até a demência, na torpe e crapulosa imoralidade e nas revoltantes baixezas (22/janeiro/1893).

Iniciada a Revolução Rio-Grandense de 1893, o *Bisturi* manteve-se fiel às suas conviçções e expressando suas opiniões abertamente. O jornal persistiu nas críticas às condições impostas pelos governantes, em nome da

legalidade, para consolidar a nova forma de governo. Nesse sentido, questionava quem não tinha horror aquela república execranda, onde o crime imperava, o jogo alastrava, a prostituição se alargava, a gatunice se desenvolvia e a miséria estendia-se por toda parte. No mesmo sentido exclamava abaixo esta república nefanda, esta gente do poder e da abastança, que olhava aos homens do labor com sobranceira e desprezo (12/fevereiro/1893). Segundo a folha, a anarquia estaria espalhada por todos os estados, reinando a desordem e o luto por toda parte, o que seria a prova de que os governantes republicanos não estavam em seus postos pela soberania popular ou por seus merecimentos e, por tinham de armar-se até os dentes inconstitucionalmente, resistirem e lutarem para vencer ou morrer, não importando que os estados sofressem que o país se arruinasse e que a miséria e o luto lavrassem sobre a terra (30/abril/1893).

Apesar do intenso controle de parte das autoridades policiais e militares, o jornal continuou na resistência, opondo-se ao castilhismo. O semanário atacava a imprensa governista, acusando-a de dar notícias tendenciosas, embasadas na mentira. Também defendia os federalistas das acusações dos jornais castilhistas, criticando a estes por consistirem em aduladores dos grandes ladrões públicos e por continuarem a derramar a sua baba asquerosa sobre as respeitáveis personalidades que se achavam à frente do movimento revolucionário rio-grandense. De acordo com a folha rio-grandina, as publicações governistas eram subsidiadas pelos cofres públicos e, só por essa razão, gritavam contra o punhado de bravos que patrioticamente lutavam para derrubar os déspotas que,

em nome da lei e da legalidade, praticavam as maiores barbaridades, em uma falsificada obra de difamações e torpezas (23/abril/1893).

Mesmo diante da ferrenha censura, o semanário propunha-se a continuar denunciando e, mais do que isso, combatendo a violência que, segundo ele, partindo dos governistas, avassalava o Rio Grande do Sul. Nesse sentido, afirmava que a imprensa estava com a boca amordaçada, não lhe sendo permitido falar com a necessária franqueza sobre o que desgraçadamente estava se passando no interior do estado, tendo em vista a ação de terror proveniente da horda de bárbaros, como governistas. designava forcas Manifestava as esperança de que um dia haveria um governo decente e justo, cercado de simpatias profundas, que fizesse respeitar o direito de todos, colocando os grandes interesses da sociedade acima das conveniências de facções partidárias. Exclamava também que não desejava um governo de déspotas, de ódios e vinganças que mandasse cometer todos os horrores que se poderia imaginar em nome da república, como se a ideia republicana, que deveria ser grande, nobre e generosa, pudesse ser a bandeira de um bando de selvagens famintos (30/abril/1893).

Acreditando na vitória do movimento revolucionário, o *Bisturi* destacava que tudo tinha seu termo final e, um dia, cessariam os contínuos atentados à vida, à honra e à propriedade individual que tanto envergonhavam e aviltam os gaúchos aos olhos do mundo inteiro. Revelando o conflito discursivo que tomava conta da imprensa de então, o semanário afirmava que, quando observava o sangrento panorama político que se desenrolava, sentia desejos de converter a

pena em punhal para embebê-la na alma perversa dos vândalos (30/abril/1893). Na concepção da folha todos os males advindos da guerra civil deveriam ser atribuídos aos governistas gaúchos. Afirmava, assim, que se a guerra ardia em todos os cantos das frondosas campinas rio-grandenses, ela fora produzida pelo grito sacrossanto da liberdade ameaçada e era filha da traição de um ambicioso que, uma vez elevado às douradas poltronas do Estado, dele tinha torpemente abusado, aniquilando a dignidade de um povo, para fazer-se mais forte perante uma parte de amigo ambiciosos. Defendia, desse modo, que a luta travada no Rio Grande do Sul era uma obra diabólica da ambição e soberba de um governador inconsciente e desumano (4/junho/1893).

O presidente da república, Floriano Peixoto, por apoiar o castilhismo também se tornava um alvo dos ataques do Bisturi. De acordo com a folha, o Rio Grande do Sul era vítima da tirania mais escandalosa que se poderia imaginar, amparada por um governo central mais tirano e mais déspota que o governo do estado, uma vez que aquele tolerava a este, dando-lhe sombra e exército armado, sendo solidário de todos os atropelos, de todos os desmandos, de todas as infâmias, de todos os abusos inqualificáveis, os quais eram cometidos de dia e de noite, sem respeitar a criança, nem o ancião, nem a donzela. Denunciava, assim, que Floriano estava alentado por um espírito maléfico que propusera arrasar o estado e dele fazer um teatro de crimes e de sangue e, desse modo, exercia um direito que não lhe assistia e obedecia a um princípio arbitrário e caprichoso, sem que que justificasse, houvesse nada o abertamente assassinar os mártires que vertiam o seu sangue pela liberdade e pela justiça. Afirmava ainda

que, devido à atitude presidencial, a constituição tornara-se uma letra morta, esmagada aos pés, para se proteger o escândalo, a vilania, o ódio e a selvageria (4/junho/1893). O marechal Floriano foi também comparado a um mercenário que mandava fuzilar os filhos de sua própria pátria, qual fera bruta de sanguíneos instintos. Segundo o periódico, para o presidente a história seria sem piedade e os vindouros lhe amaldiçoariam, não havendo para ele mais que o desprezo, o esquecimento e o horror (4/julho/1893).

Além de manifestar-se contra o castilhismo, o Bisturi apresentava-se como partidário dos federalistas e defensor da revolução. De acordo com o jornal, o movimento rebelde era justo e legítimo, uma vez que estaria de acordo com o "direito à revolução" dos povos, na luta contra o despotismo, pela liberdade e pela "verdadeira república". De acordo com tal perspectiva, afirmava que a revolução no Rio Grande do Sul era uma brilhante realidade, uma vez que o exército libertador engrossava as suas fileiras dia a dia, surgindo de todos os recantos do estado grupos de patriotas dispostos a afrontar impávidos e sobranceiros a resumida horda de selvagens que enxovalhavam os brios da terra riograndense. Sustentava ainda que, de toda parte, os brados de indignação levantavam-se em frêmitos indomáveis; os brios rio-grandenses despeitavam para derrogar o castelo do despotismo representado na pessoa do trêfego bacharel Júlio de Castilhos. Segundo a folha, não haveria poder humano que pudesse mais deter o valoroso exército revolucionário, de modo que o triunfo da liberdade e com ela o triunfo da verdadeira república, iria ser em breve uma realidade na abençoada terra dos gaúchos. Exclamava ainda que o intento dos

rio-grandenses sempre fora a república federativa, mas a república honesta, libérrima e democrática, que viria a ser uma realidade no Brasil, quer quisessem, quer não, os bárbaros que, com seus atos de repugnante selvageria, ultrajavam a civilização brasileira (12/março/1893).

Nesse quadro, os revoltosos foram enaltecidos, glorificados, exaltados e até heroificados através das páginas do *Bisturi*. Segundo o jornal, a cruel e desesperadora agonia do desventurado Rio Grande só poderia ser eliminada pelo heroísmo, pela pujança guerreira e vitoriosa de seus filhos, armados, em combate contra o despotismo de um governo mau e aviltante (10/setembro/1893). Apontava os líderes insurretos como verdadeiros patriotas, buscando prestar homenagens aquele grupo que considerava como uma grandiosa unidade e uma comunhão de bravos, cujos nomes viriam a ser escritos com letras de ouro no grande livro da pátria, pois já estavam escritos no coração do povo rio-grandense (16/abril/1893).

À medida que os meses de 1893 se passavam e o conflito revolucionário se agravava, o cerco à liberdade de expressão apertava cada vez mais. Apesar disso, o Bisturi conseguiu manter seu discurso oposicionista e de resistência ao castilhismo, não deixando, em um só momento, de defender ardorosamente o princípio da liberdade de imprensa e de denunciar a coerção ao promovida iornalismo pelas autoridades governamentais. Segundo a folha, a imprensa não poderia ter as suas atividades cerceadas, porque ela era a voz do mundo, de modo que, onde a imprensa livre era interceptada a nutrição do gênero humano estaria interrompida (12/fevereiro/1893). O tema da coerção à liberdade de expressão passou a ser cada vez mais

recorrente nas páginas do hebdomadário. Nesse sentido, manifestações veementes suas denominada "lei da rolha", referindo-se às formas de controle direto e indireto sobre o jornalismo, vaticinando que, àquela época, botavam mordaça à boca da imprensa e, em breve, poderiam vir a exterminar-lhe com estricnina. Apesar disso, recusava-se a curvar-se diante dos caudilhos da situação e manifestava esperança nos homens de coração e patriotas, que saberiam bater-se em prol dos direitos covardemente ultrajados. Esperava, desse modo, que um dia caísse a mordaça, a qual iria servir de mortalha aquele e governo que não tinha recurso, nem critério, nem patriotismo, nem opinião, nem iniciativa, nem coisa alguma (26/fevereiro/1893).

O temor pelas perseguições acabaria por tornarse realidade e, em julho de 1893, Thadio Alves de Amorim, proprietário, redator e caricaturista da folha, foi aprisionado, provocando uma interrupção de um mês na circulação do Bisturi, entre 2 de julho e 6 de agosto. Apesar da prisão do proprietário, o jornal buscou permanecer combativo, defendo suas posições políticopartidárias anticastilhistas. Continuou também chamando atenção para a falta de liberdade de expressão que se agravava progressivamente. Nesse contexto, a fiscalização sobre as atividades jornalísticas intensificava-se e, mesmo que sob o controle direto das autoridades públicas governistas, o periódico ainda procurou manter-se no combate por mais algumas edições.

Tal comportamento, no entanto, durou apenas até o Decreto de 13 de Outubro de 1893 que previa restrições praticamente totais à liberdade de imprensa. Essa determinação do Governo Federal seria o divisor de

águas para a conduta crítica do hebdomadário riograndino, pois, diante da nova legislação e das constantes ameaças, os comentários político-partidários e as notícias militares foram abandonados. Após mais uma interrupção, entre 15 de setembro e 21 de outubro, e, como a intolerância dos governos marechalícios lhe tirasse a liberdade9, o jornal passou a dedicar-se quase que exclusivamente, no último trimestre de 1893, à literatura, às atividades artísticas e até às crendices populares. Em meio à legislação amplamente restritiva e o controle ameaçador, a folha rio-grandina se viu obrigada a abandonar sua linha editorial de crítica aos detentores do poder e silenciar diante dos assuntos político-partidários. Mesmo assim, o jornal não perdeu algumas poucas possibilidades de alfinetar aqueles que promoviam o sucumbir da liberdade de expressão, publicando caricaturas que lembravam a ferrenha censura sofrida pelo jornalismo de então.

Assim, ao longo de mais de cinco anos, o *Bisturi* dedicou suas páginas ao debate partidário e político, defendendo as ideias e práticas dos liberais gasparistas. Como folha oposicionista, atacou o gabinete conservador em seus últimos anos de existência e, como publicação situacionista, buscou dar apoio ao governo liberal, durante o último ministério imperial. Com a mudança na forma de governo, ao longo dos primeiros meses, o jornal dedicou-se a abraçar a causa republicana, porém logo viria a decepção para com o autoritarismo dos novos governantes e o semanário romperia com eles, colocando-se na oposição, em luta pela "verdadeira"

_

⁹ LOBATO, Monteiro. A caricatura no Brasil. In: *Ideias de Jéca Tatú*. São Paulo: Brasiliense, 1946. p. 19.

república". Assumia, desse modo, a missão de combater os governos "tirânicos", "ditatoriais" e/ou "despóticos", como se referia às práticas governativas de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, no âmbito federal, e Iúlio de Castilhos, no contexto estadual. Anticastilhista ferrenho. o hebdomadário rio-grandino sustentou essa posição até quando lhe foi possível, assumindo uma postura não só oposicionista, mas também de resistência ao castilhismo e em defesa dos federalistas e da revolução. Nesse quadro, mesmo tendo de silenciar seus pronunciamentos políticos, já nos estertores de sua existência, o periódico manteve, durante tempo em que o regularmente, uma coerência discursiva quanto a suas convicções político-partidárias. Com a retirada de sua seiva editorial, a sobrevivência do Bisturi, como folha de circulação regular, não seria longa, permanecendo até o final de 1893, embora viesse ainda a aparecer, de forma extremamente irregular, esporádica e escassa até os primórdios do século XX10.

Uma aplicabilidade ao ensino da História: zoomorfias da corrupção política

Conhecido o protagonista – o jornal *Bisturi* – e o cenário no qual atuou – a conjuntura da transição monarquia–república no contexto local, regional e nacional – surgem inúmeras e quase incontáveis facetas

Histórico do periódico elaborado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. O discurso político-partidário sul-riograndense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895). Rio Grande: Ed. da FURG, 2002. p. 407-465.

a serem analisadas e potencialidades de aplicabilidade do conteúdo desse semanário no ensino da história. Ao trazer à tona várias das vivências, idiossincrasias e contradições da época em que circulou, o semanário constituiria um verdadeiro retrato desse tempo. No campo da política, o periódico, sem deixar de lado seu viés partidário, mostrava tais aspectos de forma escancarada, permitindo a percepção de vários dos desmandos da vida pública de então. Uma das preferências representações da folha era criar zoomórficas para designar os atos de corrupção que campeavam no horizonte político daquele final de século XIX

Ao empunhar a bandeira da moralização pública, o hebdomadário tornou-se um ferrenho crítico de muitos dos atos e práticas políticas de então e foram diversos os animais por ele utilizados para simbolizar os desmandos e mazelas que corroíam e corrompiam as estruturas públicas da época. As figuras zoomórficas, ou por vezes um misto de zoomorfia e antropomorfia foram utilizadas em larga escala pelo Bisturi, mas encontraram eco mais profundo ao tratar da política, depreendendo-se de tal predileção o próprio gosto do público leitor, bem como o nível de compreensão mais generalizada do significado tal simbologia trazia em si. Uma contextualizadas, essas representações podem constituir uma forma significativamente atrativa para a explicação em sala de aula dos fenômenos que então compunham o devir histórico.

Os significados simbólicos das representações utilizadas nas imagens expressas pelas caricaturas podem ser múltiplos, mas no caso das figuras zoomórficas publicadas pelo *Bisturi* para designar a

corrupção na política, elas trazem em si o sentido mais negativo possível de cada um daqueles símbolos. Um dos animais mais utilizados pelo semanário para representar a corrupção foi o rato ou a ratazana. Nessa simbologia, a folha referia-se a um animal esfomeado, prolífico e noturno, o qual aparece também como uma criatura temível e até infernal, além disso, tal roedor é tido como impuro e como uma imagem da avareza, da cupidez, da atividade noturna e clandestina, sendo considerado finalmente como um ladrão¹¹.

Outro desses animais, utilizados como uma pecha das mais negativas, foi o asno que traz em si o símbolo da ignorância e o emblema da obscuridade, bem como pode indicar até mesmo tendências satânicas e a constante busca por seduções materiais¹². O porco também surge nas páginas do hebdomadário dentre as representações zoomórficas de atos corruptos e ele simboliza os desejos impuros, a transformação do superior em inferior, o abismo amoral da perversão e a comilança, a voracidade, pois devora e engole tudo o que se apresenta¹³. O morcego que representa o animal impuro e um símbolo do pavor e do ser definitivamente imobilizado em uma fase de sua evolução ascendente, significando algo de sombrio e de pesado¹⁴, foi uma das figuras mais utilizadas pelo *Bisturi* para denunciar os

¹¹ CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 770-771.

¹² CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 93-94.

¹³ CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Ed. Moraes, 1984. p. 472.; e CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 734.

¹⁴ CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 620-621.

males que afligiam a vida pública. Até mesmo a vaca que aparece como um animal nutriz, bem como um símbolo de bondade, de calma, de força pacífica, de capacidade de trabalho e de sacrifício¹⁵, surgia nas páginas do hebdomadário para censurar os atos corruptos, ao mostrar os bezerros – por vezes, em figuras zoomórficas, em outras antropomórficas – representando os políticos que tendiam a usufruir das verbas públicas mamando nas tetas do Estado.

Apareciam também outras tantas representações zoomórficas nas páginas do Bisturi para designar os desmandos políticos da época, mas as citadas foram as que apareceram com maior recorrência. Nesse sentido, os atores da política nacional, provincial/estadual e local - fosse como ratos devoradores, asnos vorazes, porcos glutões, morcegos assustadores ou bezerros mamões eram apresentados nas mais variadas situações criadas pelo jornal para denunciar os desmandos e mazelas da vida pública. Ao realizar esse tipo de crítica política, o alvo principal do caricato era constituído pelos próprios agentes da mesma. Dessa forma, os políticos eram qualificados a partir da inutilidade de seu papel, da voracidade de seus interesses e ambições pessoais, bem como de seus caráteres dissipadores para com a coisa pública. Ganância, ambição, usura, avidez, voracidade, desonestidade. cobica, depravação, devassidão, algumas perversão, foram apenas das acões adjetivações atribuídas aos agentes políticos, todas praticadas de forma desmedida, acarretando prejuízos fundamentais à sociedade. Os políticos, segundo essas interpretações, não tinham valor e, por negligência,

¹⁵ CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 137 e 926.

incompetência ou má intenção levariam ao derruir da administração dos negócios públicos¹⁶.

Algumas dessas ocorrências são aqui destacadas na forma de "fichas de leitura" que podem servir como ferramenta didática na prática do ensino da história. Trata-se evidentemente de uma amostragem exemplificativa, adstrita aos limites gráficos deste ensaio, uma vez que outras tantas se fizeram presentes nos desenhos da folha caricata. além de outras representações que também foram estampadas em suas páginas. Em linhas gerais, são apresentadas as próprias caricaturas, seguidas da data da edição, da legenda e de um brevíssimo comentário à cena retratada. Ainda que quantitativamente parcial, arrolamento esse significativo para traduzir o conjunto de representações zoomórficas utilizadas pelo Bisturi para designar a corrupção política.

-

¹⁶ ALVES, Francisco das Neves. *Imprensa, caricatura e historiografia no Rio Grande do Sul: ensaios históricos*. Rio Grande: FURG, 2006. p. 13-14.



- Bisturi, 10/setembro/1888. p. 4. -

"As ratazanas da Câmara Municipal, em toda a parte se metem, até no cano dos esgotos, apesar da sombra que tantos os incomoda, mas que não os faz recuar dos seus intentos de exaurirem os cofres."

Os edis municipais, na forma de ratos, mas mantendo as roupas, carregam sacos de dinheiro, obtido, segundo o jornal de forma indevida. Além disso, a alusão ao esgoto também pode designar o ambiente sujo com o qual estariam envolvidos os homens públicos que praguejavam contra um adversário que pairava no ar. A crítica da folha caricata prendia-se também ao fato de sua filiação liberal, no momento de referir-se à Câmara Municipal, dominada pela grei conservadora.



- Bisturi, 19/maio/1889. p. 5. -

"Os bezerros continuam agarrados à inesgotável teta da nacão."

Tal caricatura constitui um ataque direto ao gabinete conservador que ainda dominava a vida política nacional. De acordo com sua tendência liberal, o hebdomadário apresentava a palavra "ministério" divida em sílabas e letras estampadas nos bezerros que da avidamente mamavam nas tetas aue, vaca representando a nação brasileira, mal encontrava espaço para apoiar uma de suas patas, tamanha a voracidade com que os homens públicos metamorfoseados em bezerros sorviam seu leite. O jornal buscava assim demonstrar a desenfreada intenção do ministério conservador de aproveitar-se das verbas públicas, promovendo inclusive um desequilíbrio no país que tinha dificuldade em manter-se firmemente em pé.



- Bisturi, 13/outubro/1889. p. 1. -

"Que gritaria Santo Deus! Como é bom o 'milho' do governo, são tantos a quererem..."

Essa gravura mostra o contexto histórico de vigência do último gabinete da época imperial, dominado pela agremiação liberal. O principal personagem da cena é Gaspar da Silveira Martins, um dos políticos mais admirados pelo semanário e que, naquela época, exercia preponderante papel na vida pública provincial e nacional. A folha buscava demonstrar as amplas dificuldades do governante, ao empunhar um saco com "empregos públicos", o citado "milho", que os políticos, tal como asnos, esperavam ansiosamente para devorar.



- Bisturi, 17/novembro/1889. p. 2. -

"O que estará fazendo aquele gato escavando naquele fardo?...

Gato – procuro seis quilos de antipirina que os 'ratos' ali
esconderam."

A data já demarcava a mudança na forma de governo jornal ainda brasileira, mas o não havia assimilado/noticiado tal evento, tendo em vista o seu caráter semanal. Nesse sentido, sua preocupação daquela edição destinava-se a um dos males que mais preocupava uma cidade portuária e mercantil como o Rio Grande - o contrabando. De acordo com tal preocupação o bobo da corte - que designava a própria imprensa caricata - encontrava-se à porta da alfândega, observando uma figura híbrida de homem e gato, o caçador natural dos ratos que, travestidos em roupagem humana, mostravam-se insatisfeitos com tal fiscalização. Traduzia o jornal a conivência de certos homens públicos com a prática do comércio ilícito.



- Bisturi, 17/novembro/1889. p. 2. -

"Os ratos, surpreendidos a roerem o queijo, fogem espavoridos das garras do gato. – Maldito gato, é preciso dar cabo dele!"

Tal desenho completava o conjunto de caricaturas iniciado com a anterior. Os ratos que apareciam indignados na primeira parecem não ter suportado a ação fiscal simbolizada pelo gato, de modo que fugiam com pavor. Ainda assim, a próxima ação ficava premeditada, imaginando os roedores a aniquilação de seu predador. Traduzia o periódico através de tal caricatura um dos mais contumazes conflitos atuantes no Rio Grande do Sul daquela época, travado entre o comércio lícito e o contrabando, este muitas vezes contando com o pactuar de parte de autoridades públicas.



- Bisturi, 4/maio/1890. p. 1. -

"São muitos os vampiros que procuram interromper a marcha à viandante, contudo, ela, visando a felicidade da pátria, prossegue tranquila e esperançosa o seu caminho glorioso ."

Nessa época, o periódico ainda manifestava esperanças na república, não havendo rompido com os detentores do poder. Mesmo assim, ele vislumbrava que a nova forma de governo estava em perigo, mostrando a "dama-república", de barrete frígio à cabeça, prostrada à beira do abismo, sendo assolada por "sombrios" e "pavorosos" morcegos que representavam os males que afligiam a pátria.



- Bisturi, 4/maio/1890. p. 4. -

"Os tais bancos de emissão são umas tetas! (...) Abre o olho Zé. Vê como da noite para o dia, tanta gente cria 'barriga'..."

Ainda que esperançoso com a nova forma de governo, o *Bisturi* já começava a discordar de algumas das atitudes governamentais. Uma delas estava relacionada à criação desenfreada de bancos emissores, processo pelo qual a formação de tais estabelecimentos fora liberada e até incentivada pelo governo, gerando uma espiral inflacionária e uma enorme especulação financeira na jovem república, abalando suas ainda incipientes estruturas. Diante disso, o semanário rio-grandino já observava que os apaniguados do poder estavam se aproveitando em larga escala de tais facilidades, mamando nas novas tetas de dinheiro fácil, estimuladas pelos donos do poder, bem como tentava avisar e esclarecer o povo (o "Zé") quanto a tais escabrosidades.



- Bisturi, 6/julho/1890. p. 4. -

"E os srs. Freitas e Mena (...) riam-se a bom rir do bom êxito da farsa que haviam preparado para distrair as vistas dos gatos do fisco e fazer escapar das suas temíveis garras este grande ratão... Para tudo é preciso... engenho e arte."

Os governantes republicanos, nos primórdios da nova forma de governo, intentaram eliminar a prática do comércio ilícito nas fronteiras sul-rio-grandenses. Eles consideravam que era o contrabando mais um dos males oriundos da época monárquica, que não conseguira resolver tal questão. A política de aperto fiscal e repressão policial dos novos detentores do poder, entretanto, não atingiria os resultados esperados, ainda mais por tentar combater um fenômeno que era estrutural e fazia parte da conjuntura gaúcha desde a origem da sociedade. O periódico rio-grandino, mais uma vez utilizando-se da imagem do jogo de gato e rato, mostrava a impotência governamental, de modo que, mais uma vez, era o rato que levava vantagem sobre o gato, com a continuidade das práticas do comércio ilegal.



- Bisturi, 3/maio/1891. p. 5. -

"Todos já fogem horrorizados dos miasmas que expele este cadáver..."

As esperanças do *Bisturi* na nova forma de governo foram desvanecendo pouco a pouco, diante das práticas autoritárias e da corrupção governamental. Desse modo, antes mesmo que a república completasse seu segundo ano, o hebdomadário já começara a manifestar sua insatisfação com os detentores do poder. Nesse sentido, o jornal mostrou o governo como um asno – e todas suas simbologias negativas – morto, em estado de putrefação, do qual todos buscavam afastar-se para evitar o cheiro dali emanado. A putrefação significa mais geralmente cair na podridão¹⁷ e, nesse caso, o periódico buscava demonstrar que a sordidez governista estaria levando o país por um péssimo caminho.

¹⁷ CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 748.



- Bisturi, 9/agosto/1891. p. 4. -

"Já chegou a esta cidade a companhia de ratos sábios. Deve hoje realizar no Politeama a primeira função. Consta que entre eles vem um Mida Chinês conhecido por 'Chimango Jornalista'."

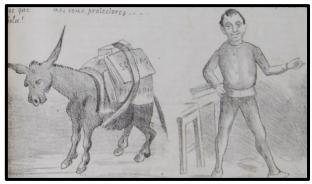
O jornal denunciava a corrupção e a repressão praticadas pelos governantes estaduais, simbolizados por grande quantidade de ratos que estaria a invadir a urbe portuária. Apontava também para o cerceamento à liberdade de expressão oriundo dos castilhistas que, além das atitudes coercitivas praticadas, enviavam um de seus jornalistas – representando por um asno – para defender suas práticas e doutrinas junto ao público citadino, o que estaria a causar preocupação no jornalismo local.



- Bisturi, 9/agosto/1891. p. 8. -

"Foram convocados para uma nova reunião para tratarem de assuntos a melhorarem a sorte desta classe tão desconsiderada entre nós."

Em desenho carregado de ironia, o semanário riograndino demostrava toda uma suposta preocupação com a classe política no contexto local. Em verdade, o jornal manifestava amplo repúdio a tal segmento, utilizando-se do deboche e da sátira como estratégias discursivas. A mescla entre figuras antropomórficas, zoomórficas e mistas não diminuía a intenção da folha em menosprezar, desprezar e denunciar as ações dos políticos, todos, de algum modo, associados à cupidez sórdida atribuída à imagem do asno.



- Bisturi, 9/agosto/1891. p. 8. -

"Tratem de eleger um deputado da sua espécie, para advogar os interesses dos seus. (...) Parece que os animais se vão tornando exigentes... e bom seria que o governo olhasse com atenção para estas reuniões..."

Tal gravura encerra o conjunto de caricaturas de que também fazia parte a anterior. O jornal continuava denunciando as reuniões de segmentos da sociedade local que estariam conspirando para realizarem ações não necessariamente baseadas em atos de honestidade. O asno desta vez aparecia com um enorme carregamento de documentos oficiais, representando a utilização da burocracia e da máquina estatal a favor de interesses pessoais. A sugestão de que tal grupo deveria buscar um representante parlamentar de "sua espécie" bem denotava o asco que a folha pretendia impingir aos O próprio hebdomadário, setores ali retratados. simbolizado pelo bobo da corte, ironicamente pedia providências do governo, as quais sabia que não seriam tomadas.



- Bisturi, 18/outubro/1891. p. 1. -

"Gladiadora honesta, a imaculada deusa despedaça a golpes da rutilante espada os vampiros que lhe querem tolher a marcha luminosa."

Mais uma vez o *Bisturi* utilizava a figura do morcego – de modo zoomórfico e misto com o antropomórfico – para designar os males que afligiam a nação. As mazelas políticas e a repressão governamental, atentatórias aos direitos individuais e notadamente à liberdade de imprensa, exasperavam o jornal que muitas vezes comparava a ampla liberdade de expressão da época monárquica com o espírito coercitivo que norteava as autoridades públicas republicanas. A folha, entretanto, ainda acreditava em uma reação quanto aquele estado de coisas, idealizando a "deusa-imprensa" que, espada à mão, enfrentaria aqueles "terríveis vampiros".



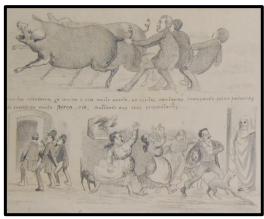
- Bisturi, 8/novembro/1891. p. 4-5. -

"Os dois miseráveis algozes que, com requintada perversidade, conduzem este país ao calvário da desonra! São os judas da república."

Esta caricatura é extremamente rica em simbolismo e refere-se às práticas autoritárias do governo federal. O país, representado por um índio, carregava uma pesada cruz, estando amarrado e sendo arrastado pelo presidente Deodoro da Fonseca e Lucena, seu principal ministro. Ao empunhar um látego - símbolo do castigo, do poder e do domínio - e infringir uma flagelação ao "Brasil", o presidente aparecia como aquele que poderia destruir o país através de seu autoritarismo. Já o ministro aparecia envolvido com uma serpente, animal que desperta a desconfiança, pois lembra o avanço sinuoso do réptil que espreita suas vítimas para atacá-las com agressividade¹⁸. Completava o quadro de representações zoomórficas o porco - montaria de Lucena - e todas as conotações envoltas com a voracidade que sua figura sugere. Assim, segundo tal concepção, o país vinha enfrentando o seu "calvário", ou seja, sua provação, seu sofrimento e martírio, imposto pelos governantes, os "judas" que estariam traindo a causa da "verdadeira república".

.

¹⁸ CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 233.; e CIRLOT. p. 335 e 521.



- Bisturi, 13/março/1892. p. 2. -

"A nossa boa Intendência já iniciou e com muito acerto as visitas sanitárias, começando pelas padarias, onde encontrou muita porca... ria, multando os seus proprietários... Dizem que as visitas sanitárias se estenderão até as casas de famílias... Já ficam prevenidos os nossos leitores contra alguma estranha aparição. Deixá-la entrar sem susto, não é a febre amarela, nem nenhuma das epidemias reinantes, é... é... a Intendência!!..."

Utilizando-se largamente da ironia, o semanário dizia aplaudir ação dos administradores municipais, entretanto desenhava-os pejorativamente imiscuídos com porcos. Além disso, mostrava tais homens públicos atentando contra as liberdades individuais supostamente invadir as casas, promovendo medo junto à população e sugeria os riscos que tal ação poderia trazer à comunidade.



- Bisturi, 27/março/1892. p. 3. -

"Um belo presente nos fez o senhor Cassal, convertendo o augusto Tribunal da Justiça em manjedoura de bestas... domesticadas. Assim é que hoje temos de suportar tão orelhudas capacidades!... Que sorte está reservada para os nossos homens formados na magistratura! Que belo governo! Parabéns à empresa Asseio Rio-Gradense... Também serão aproveitados nos asseios da rua da cidade... O mundo marcha!"

Conluios do executivo com o legislativo também eram denunciados pela folha que buscava mostrar a nomeação de parte dos governantes de juízes incapazes e interesseiros, representados na figura de asnos. Segundo a folha, a incapacidade de tais magistrados era notória, não devendo eles estarem a julgar a vida em sociedade e sim puxando carroças, contribuindo ao menos com a limpeza pública.



- Bisturi, 17/abril/1892. p. 2-3. -

"Que barulho!... Que horror!... Vai lá pela Capital Federal!... O marechal Peixoto e a 'febre amarela' estão na ponta!... Que grande caçada tem feito o marechal Peixoto!... Cada um ratão!... Eles são tantos e tão famélicos que vai ser difícil ao marechal contê-los todos Veremos, veremos como ele se arranja com a terrível 'bixaria'..."

A oposição do *Bisturi* destinava-se ao castilhismo e ao presidente Floriano Peixoto que sustentava o governo rio-grandense. Mais uma vez utilizando-se da ironia, o jornal dizia que o marechal-presidente estaria a caçar os "ratos da corrupção", entretanto, aqueles que se encontravam presos na gaiola, estavam ali muito mais por suas discordâncias em elação ao regime, enquanto que os verdadeiros corruptos, os "ratões" andavam soltos, fora das grades e livres para continuar agindo.



- Bisturi, 4/setembro/1892. p. 3. -

"Que santas criaturas!... Que corações de pomba!... Seria realmente um procedimento condenável se tirassem a teta da boca dos 'inocentes e filantrópicos benfeitores da humanidade'!!"

Retomando uma de suas primeiras manifestações com representações zoomórficas, utilizando-se da figura de bezerros mamando nas tetas do Estado, desta vez o *Bisturi* sequer necessitou metamorfosear os corruptos no formato animal, que apareciam aproveitando-se das benesses. Não deixando de lado a ironia, o jornal, cheio de humor cáustico, indicava as dificuldades em retirar-se as vantagens que aqueles indivíduos "inocentes", "filantropos" e "benfeitores" haviam "justamente" conquistado.



- Bisturi, 9/abril/1893. p. 1. -

"(...) Brasil – pátria dos compadres e das 'poderosas ratazanas' acariciadas pela república."

O desencanto da folha para com os rumos impostos à república já era veemente, de modo que esta caricatura está plenamente coadunada com a perspectiva que apontava os descaminhos do regime. Nesse sentido, a república aparecia como uma mulher de barrete frígio, abandonada desconsolada por causa das dívidas e, por companhia, apenas uma praga de ratazanas que tomava conta de sua casa. Ao fundo, em uma tabuleta, aparecia a inscrição "Panamá no Brasil", em uma alusão direta aos desvios financeiros e à corrupção que então cercavam a construção do Canal do Em referência Panamá. desmandos aos políticoadministrativos e financeiros do governo brasileiro, o hebdomadário sugeria que o Brasil também tinha o seu próprio "Panamá".



- Bisturi, 9/abril/1893. p. 4. -

"Os gatunos continuam a assaltar a propriedade alheia... Foi reintegrado o famoso guarda da alfândega que, com uma audácia incrível, furtou o comandante de um luger confiado à sua 'honrada vigilância'..."

Ainda que concentrasse suas atenções à conjuntura nacional e estadual, mantendo, enquanto lhe foi possível, firme oposição e resistência ao castilhismo e ao florianismo, o Bisturi não descurava da crítica política na esfera municipal. De acordo com tal perpectiva, denunciava o abandono da cidade do Rio Grande pelas autoridades públicas, estando a urbe entregue à sanha dos ladrões. Além disso, apontava para a corrupção e negligência do funcionalismo público, no caso, referindo-se a um servidor da alfândega que, ao invés de zelar pelos bens sob sua guarda, estaria a praticar a ladroagem. Nesse sentido, o jornal aproximava a ação do ladrão comum à daquele que roubava no desempenho de função pública, entretanto, aquele aparecia na figura humana, e, este, metamorfoseado na figura de um rato e todas as implicações negativas que tal representação trazia.

Ideias finais

As "fichas de leitura" apresentadas dão uma ideia de como a corrupção política foi simbolicamente representada nas páginas do semanário caricato Bisturi. Tais representações eram assimiladas e contavam com o entendimento de parte do público leitor que identificava nas figuras zoomórficas os desmandos e mazelas da vida pública. Nesse sentido, o jornal praticava uma crítica do senso comum, ou seja, emitia opiniões, criticando, sugerindo, ironizando, corrigindo, remoçando e, em última instância, introduzindo novos lugares comuns¹⁹. Através desse comportamento editorial, a folha conduzia suas edições ao que poderia ser considerado como um discurso do senso comum, ou seia, construções discursivas que não chegam a constituir um discurso articulado, uma totalidade discursiva, consistindo-se, isto sim, em fragmentos de discursos articulados ao longo da história de um povo ou destacados de discursos em uma dada conjuntura política e social. Dessa forma, tal discurso tem uma circulação generalizada no interior da sociedade e uma enorme capacidade de dar sentido à vida cotidiana e uma intensa potencialidade de ser articulado a diferentes visões do mundo²⁰. Nesse contexto, tal crítica trazia em

-

¹⁹ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 177.

²⁰ PINTO, Céli Regina. A sociedade e seus discursos. In: *Com a palavra o senhor presidente José Sarney*. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 43-45.

si a discussão das ruas, os dizeres, os ditados populares, os axiomas enfim, que faziam parte do cotidiano social²¹.

Essa ampla aceitação de tais representações constituíam verdadeira memória comum, implicando em um processo de definição de identidades que pode transpassar os séculos²², chegando até contemporaneidade. Assim, tais formas de apreensão da realidade têm algum tipo de sentido mesmo nos dias de hoje, trazendo dessa forma uma ampla potencialidade de utilização como ferramenta para o ensino da história. Claro que é necessária uma série de cuidados especiais, como a busca constante do contexto histórico no qual foram elaboradas as caricaturas, de modo que tanto uma - a conjuntura histórica - quanto a outra - a própria representação possam caricata _ vir articuladamente e de forma complementar, objetos de estudo. Outro cuidado é com as expressões e linguagem de época (além da própria grafia), muitas delas pouco utilizadas na atualidade, além de termos que tenham propriamente caído em desuso. Para tanto pode-se trabalhar com a noção de glossário e, inclusive, realizar uma análise interdisciplinar, em pleno contato com áreas do conhecimento. Também torna-se fundamental a explicação ao aluno de que, ao trabalhar com a imprensa como um todo e a caricata em particular, há a necessidade de ultrapassar o sentido literal e direto do que é apresentado, sendo necessário ir além no que está nas linhas, buscando sentido nas

²¹ ALVES. 2006. p. 21-22.

NAPOLITANO, Marcos. Cultura. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Novos temas nas aulas de história. São Paulo: Contexto, 2009. p. 84.

entrelinhas e até nas formas de produção do texto e das imagens.

Apesar dessas certas dificuldades, o trabalho com a caricatura pode trazer significativos resultados no processo ensino-aprendizagem, fundamentalmente por promover amplas possibilidades de inter-relação entre o tempo presente e o pretérito. Abre-se assim um caminho cheio de potencial para que o aluno aprenda a relacionar o passado com o presente, buscando as origens dos fatos, e a refletir sobre as consequências daquilo que ocorre dia após dia²³. De acordo com essa linha de pensamento, tal ferramenta para o ensino poderá permitir redimensionamento nas relações passado/presente na história ensinada. Dessa forma, pode viabilizar-se o estudo da história a partir das problemáticas do presente como forma de resgatar o passado e o próprio sentido da história que é no presente objeto de discussão de professores e alunos em diferentes realidades²⁴.

A contemporaneidade da crítica política utilizando-se de representações zoomórficas para designar a corrupção está presente no dia a dia do alunado e encontra-se à disposição nos mais variados meios de comunicação, seja a imprensa escrita ou a eletrônica, e, mormente no mecanismo de articulação entre as variadas formas de mídias atuais, a internet. Nesse sentido, a própria caricatura divulgada nos mais diversos veículos de comunicação ainda associa as

-

²³ ABUD, Kátia Maria; SILVA, André Chaves de Melo & ALVES, Ronaldo Cardoso. *Ensino de história*. São Paulo: Cengage Learning, 2010. p. 29.

²⁴ FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. 13.ed. Campinas: Papirus, 2011. p. 161.

mazelas políticas à figura de certos animais, em uma característica muito próxima aquela executada pelos caricatos do século XIX. Tal processo se repete nos jornais e revistas que atualmente representam as grandes empresas jornalísticas. Apesar de ser necessário demonstrar aos discentes as significativas diferenças entre a imprensa daquela centúria e a atual, pode-se também mostrar os vários pontos de intersecção ainda existentes, notadamente naquele fator fundamental que é a constante busca da difusão de informações e opiniões.

Apenas como mero exemplo dessas interações presente - passado, pode-se apontar a recorrência de figuras zoomórficas para representar os desmandos de natureza política utilizados pela revista *Veja* em período bem recente. Essa publicação, um dos semanários mais importantes dentre os que circulam atualmente no Brasil, foi fundada em 1968 e, desde o início, buscou apresentar-se como uma edição de nível nacional, prometendo manter uma ampla rede de informações nacional e internacional, bem como um formato de distribuição o mais abrangente possível. Na concepção da revista, a população tinha necessidade de informação rápida e objetiva a fim de escolher novos rumos, e necessitando também saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro e, finalmente, o país estaria a carecer de acompanhar o extraordinário desenvolviemento dos negócios, da educação, do esporte e da religião,

precisando, assim, estar informado, estando a isso ligado o objetivo de $Veja^{25}$.

Como qualquer publicação periódica, essa revista tem apresentado suas tendências, aproximações e discordâncias ideológicos e/ou partidárias ao longo do tempo, elaborando uma construção discursiva específica nas mais de duas décadas em que circulou. Nesse sentido, seu estudo requer os mesmos cuidados da junto pesquisa histórica a qualquer comunicação de massa. Uma das facilidades oferecidas pela revista Veja está no fato de que seu acervo completo disposição na internet, no endereco http://veja.abril.com.br/acervodigital - o que permite acompanhar a evolução da publicação. Nesse ensaio, a citação de tal revista prende-se apenas a uma mera exemplificação quanto permanecem do representações zoomórficas presentes na caricatura do século XIX. São muitas as recorrências, mas como exemplo, pode-se citar casos apresentados em duas edições bastante recentes. Em uma delas, a figura do rato foi utilizada em larga escala para designar os desmandos político-administrativos, desde a capa, até várias das figuras e gráficos que compunham a matéria e mesmo na chamada de cabeçalho junto ao termo corrupção²⁶. Na outra, a alusão foi ao porco, desta vez não como elemento ativo de sua comilança, e sim como alvo da cupidez dos partidos em sua sanha por cargos e verbas, de modo que a figura do animal se encontra fatiada, tal

²⁵ CIVITA, Victor. Carta ao leitor. In: *Revista Veja*, 11/set./1968, n. 1. São Paulo: Editora Abril. p. 20-21.

²⁶ Revista Veja, 8/junho/2011, ano 44, n. 23. São Paulo: Editora Abril. capa e p. 120-128.

qual em um açougue, cabendo pedaços diferentes a cada uma das agremiações partidárias²⁷ (ver figuras abaixo).

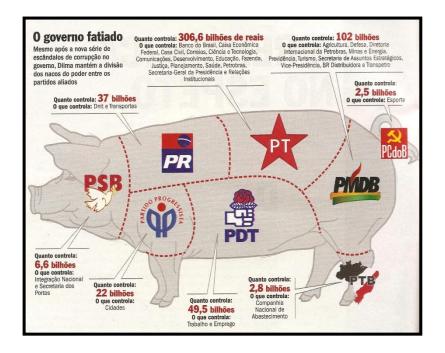




²⁷ Revista Veja, 13/julho/2011, ano 44, n. 28. São Paulo: Editora Abril. p. 76.







Tais exemplos da representação da corrupção por figuras zoomórficas contidos em uma revista de circulação semanal são fartamente reproduzidos em outros mecanismos de comunicação, como na própria caricatura, nos livros, nas músicas, entre tantas outras formas de divulgação física ou eletrônica. Assim, a designação de animais como simbolismo de desmandos políticos continua fazendo parte do discurso do senso comum e mesmo do dia das pessoas. Dessa forma, tais representações, no ensino da história, podem oferecer mecanismos e estratégias de aprendizado que encontram forte identidade entre o alunado, o qual além de estar familiarizado com a concretude em si dos animais, poderá ter estimulada sua abstração, para compreender

o simbolismo também envolto nesse tipo de configuração.

apelo visual da caricatura pode Assim, O significativa potencialidade representar uma promover o ensino da história. Ainda que a caricatura do século XIX tenha características especiais em relação à presente, o trabalho com ambas tende a propiciar a criação de oportunidades de uma relevante busca de interfaces entre o presente e o passado. Dessa maneira, a crítica política tem sido praticada ao longo do tempo e nos mais variados níveis, seja o internacional, o nacional, o estadual e o local, de modo que as denúncias acompanham a ação de homens públicos das mais diversas épocas. A partir do exercício aqui proposto com as representações zoomórficas expressas pela imprensa caricata daquela centúria, o discente poderá perceber que a corrupção constitui um fenômeno de todos os tempos, que acompanha a evolução histórica do país, independente de forma, sistema ou regime de governo, como de matizes políticas, partidárias ideológicas. Tal atividade tende ainda a propiciar a oportunidade da formação de alunos conscientes e críticos, que venham a reconhecer a seriedade e a honestidade como hábitos comuns e concernentes a todo e qualquer cidadão, o qual poderá compreender como necessário, justo e possível o combate a qualquer tipo de ato corrupto. Finalmente, cria-se mais uma oportunidade para que venha a desenvolver-se junto às novas gerações a capacidade de indignação que, muitas vezes, parece ter sido perdida no devir histórico de um nação que cada

vez mais se acostuma com os desmandos e mazelas sócio-políticas²⁸.

-

²⁸ Publicado originalmente em: *A formação de professores e o Ensino de História na cidade do Rio Grande*. Rio Grande: FURG, 2012. p. 51-92.

Estatuária, patrimônio histórico e Ensino de História: o caso do monumento ao Barão do Rio Branco na cidade do Rio Grande

O aprendizado das vivências históricas da humanidade pode ir bem além da sala de aula, havendo amplas possibilidades de empreender pesquisas que levem ao aprimoramento do conhecimento histórico através de experiências renovadas, diferenciadas, múltiplas e multifacetadas. Levar o aluno a conhecer sua própria cidade, com especial atenção fundamentos de cunho histórico pode propiciar um novo olhar sobre a História, vislumbrando-a como algo mais vivo e próximo do estudante. Desenvolve-se a partir daí uma ampla gama de possibilidades, com visitações a prédios públicos e privados, praças e ruas, devendo o professor/pesquisador promover junto aos discentes a ideia básica de que aqueles locais visitados se tratam de lugares sociais, nos quais se desencadeou o próprio devir histórico.

Com base em tal estratégia, é possível desenvolver junto ao alunado uma coexistência entre os tempos pretéritos e o presente como grandezas temporais que podem interagir entre si. Além disso, se dá também um contato figurativamente epidérmico do estudante com a História, contribuindo para não deixar

tal área do conhecimento como algo amorfo, sem sentido e distante e, pelo contrário, demonstrando que ela promove o conhecimento tanto de um passado mais global/estrutural, quanto de um mais local/particular. Assim, a ciência histórica pode ser melhor compreendida, através da percepção de que ela está também vinculada ao cotidiano de cada indivíduo que compõe uma sociedade.

Um dos locais no qual esse processo de ensinopode desenvolver-se com resultados, dentre os vários lugares sociais de uma a própria praça pública. Tal normalmente teve uma função social bem demarcada, constituindo o papel de epicentro de convívio social das populações do passado. Nesse sentido, ainda que as praças tenham perdido parte ou a totalidade de seus significados originais, é possível promover junto aos estudantes a perspectiva pela qual aqueles já foram lugares de relevância no que tange à vida em sociedade. Torna-se então viável trabalhar com os alunos questões como o cotidiano das pessoas que passeavam pela praça, como uma das poucas oportunidades de entretenimento de uma determinada época; o reconhecimento de cada um dos recantos daqueles espaços públicos e seus significados sociais; e a valorização daqueles lugares como representativos da memória coletiva e do patrimônio histórico-cultural.

A partir desta modalidade de ensino pode se estabelecer, além de uma melhor compreensão de fundo histórico, uma valorização de parte dos alunos para com o seu patrimônio histórico e cultural, contribuindo assim para a sua preservação e o reconhecimento de seu valor. Essa perspectiva advém do fato de que os valores, coisas

"herdados" símbolos das gerações passadas constituem o patrimônio cultural de uma sociedade, ou mesmo, considerando sua amplitude, da própria humanidade como tal. Nessa linha, aqueles elementos que um dia tiveram uma função prática ou instrumental, com o passar do tempo, tornam-se um documento material para conhecer o passado. Tal fenômeno é constatado porque todas as sociedades estabelecem elos de continuidade ou de ruptura cultural em relação ao passado, como no caso dos elementos materiais, como monumentos, edifícios, objetos cotidianos e paisagens²⁹. Essas práticas podem ser desenvolvidas tanto em locais de grande notoriedade e que ainda ocupam algum espaço na memória social das populações, quanto nos lugares relegados a esquecimentos ou lapsos de memória³⁰.

De acordo com tal perspectiva, a memória está intrinsicamente ligada à vida e seus portadores sempre são grupos de pessoas vivas, de modo que ela permanece em evolução, ou seja, fica sujeita à dialética da lembrança e do esquecimento, inadvertida de suas deformações sucessivas e aberta a qualquer tipo de uso e manipulação, podendo ficar latente por longos períodos,

_

²⁹ NAPOLITANO, Marcos. Cultura. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Novos temas nas aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 83-84.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista. Patrimônio, memória e ensino de História. In: OLIVEIRA, M. M. D.; CAIMELLI, M. R. & OLIVEIRA, A. F. B. (orgs.). Ensino de História: múltiplos ensinos em múltiplos espaços. Natal: EDIFURN, 2008. p. 98.

para depois despertar subitamente³¹. Assim, cada recanto de uma cidade pode constituir um espaço histórico, significando por excelência um lugar de memória social³². Nesse ambiente urbano, o patrimônio histórico desempenha relevante papel, por sua natural imanência de historicidade, isto é, a cidade histórica conserva, por motivo de sua amplidão e de seu longo passado, uma coleção maior e mais variada de espécimes culturais do que se poderia encontrar em qualquer outra parte³³.

Em tal contexto urbano, as gerações herdam uma riqueza de recursos culturais que encarna a memória coletiva de comunidades de todo o mundo e proporciona sentido de identidade em períodos de incertezas, de modo que os objetos culturais tornaram-se importantes depositários da identidade cultural e da memória coletiva³⁴. Nas inter-relações entre o urbano, o histórico, a memória social e o patrimônio se dá a construção dos lugares, a qual não se encerra, em um dinamismo no qual a memória coletiva e o patrimônio

³¹ NORA, Pierre citado por: HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios (1875-1914)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 13.

³² DUARTE, Luiz Fernando Dias. Memória social. In: SILVA, B. (coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*. 2ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 740-741.

³³ MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 605.

³⁴ CUÉLLAR, Javier Pérez de. *Nossa diversidade criadora – Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento*. Campinas: Papirus; Brasília: Ministério da Cultura/UNESCO, 1997. p. 231 e 269.

cultural se constituem e se destacam, já que um lugar é onde os indivíduos deixam as marcas de sua passagem e os lugares da memória concentram intensa carga afetiva e organizam de modo significante a cidade³⁵. Constituise, assim, a memória pela qual as sociedades podem atualizar impressões ou informações passadas, ou representadas como passadas e mesmo fornecendo à memória coletiva das nações os monumentos de lembrança³⁶.

Nas possíveis articulações entre patrimônio histórico e memória, um dos fatores que pode ganhar relevância está vinculado à arte estatuária. As estátuas são monumentos erguidos em nome da recordação de personagens e/ou processos históricos junto à memória coletiva, e o seu maior intento constitui a perpetuação em pedra ou metal daquele ou daquilo que se deseja relembrar. Normalmente, a ideia fundamental é a da rememoração histórica, de maneira que os "feitos" do passado possam vir a inspirar as gerações futuras, normalmente através de exemplos de moral, civismo e/ou fé patriótica³⁷, mas tais manifestações artístico-culturais podem ser estudadas de maneira bem mais ampla, vinculadas à perspectiva de uma história-

_

³⁵ ESTANISLAU, Lídia Avelar. O papel do Estado democrático na proteção dos lugares de memórias. In: A CONSTRUÇÃO DA CIDADE. Brasília: Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1998. p. 65-66.

³⁶ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p. 423 e 464.

³⁷ ALVES, Francisco das Neves. Quando as estátuas descem do pedestal – caricatura e estatuária no Rio Grande do Sul: breves relatos históricos. In: *Imprensa, caricatura e historiografia no Rio Grande do Sul: ensaios históricos*. Rio Grande: FURG, 2006. p. 89.

processo. Nesse sentido, a arte estatuária possui um sentido e um alcance tamanhos, os quais a transformam em um documento de extremo valor para a interpretação dos tempos pretéritos³⁸. Tal representação artística tem, portanto, forte influência no processo de construção da memória, a qual, por sua vez, é constituída por acontecimentos vividos pessoalmente ou socialmente e pela presença de pessoas ou personagens pertencentes ao mesmo espaço-tempo ou conhecidas indiretamente e, por último, pelos lugares³⁹. Em tais inter-relações, a arte estatuária como fundamento para o ensino da História, pode ser estudada a partir de três pressupostos básicos: o objeto da memória, ou seja, aquele ou aquilo que se desejou perpetuar; a intenção da memória, em uma referência aos intentos daqueles que promoveram a ereção do monumento; e os sentidos da memória, em alusão ao significado contemporâneo das estátuas.

A cidade do Rio Grande, a mais antiga no contexto sul-rio-grandense e por isso mesmo repleta de historicidade, tanto que por muito tempo ficou conhecida pelo epíteto de "cidade histórica", constitui um terreno extremamente fértil para tais práticas do ensino da História. Cada recanto pelo qual se passa no âmbito citadino pode ter um determinado significado histórico, seja do contexto local, regional, nacional ou até internacional. No que tange às praças públicas, a urbe

-

³⁸ DUBBY, George. História social e ideologia das sociedades. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. P. 136-137.

³⁹ POLLACK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992. v. 5. n. 10. p. 201-202.

possui várias, cada qual com sua formação histórica específica e sua representatividade em termos de patrimônio e memória. Um dos tantos aspectos que podem ser estudados em tais praças está vinculado à arte estatuária. Chegando a ser reconhecida como "cidade das estátuas", a comunidade rio-grandina possui uma significativa quantidade de tal manifestação artístico-cultural e histórica, desde bustos mais simples até grandes monumentos rebuscados em detalhes, símbolos e significados como a Coluna da Liberdade, primeiro monumento em praça pública em homenagem à proclamação da república e os monumentos erguidos a Bento Goncalves, Silva Paes e Marcílio Dias. Dentre tais abordado monumentos, um que pode ser exemplificativamente nesta busca de integração entre patrimônio e ensino de História é o erguido em homenagem ao Barão do Rio Branco.

O objeto da memória

O Barão do Rio Branco, diplomata da República Velha, foi um dos personagens mais retratadas através da arte estatuária ao longo do território brasileiro. José Maria da Silva Paranhos Júnior⁴⁰ nasceu a 20 de abril de

_

⁴⁰ Dados biográficos elaborados a partir de: ANTUNES, Deoclécio de Paranhos. História do grande chanceler (vida e obra do Barão do Rio Branco). Rio de Janeiro: Bloch, 1942.; CARVALHO, Afonso de. Rio Branco – sua via sua obra. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.; CIDADE, F. de Paula. & CORREIA, Jonas. Barão do Rio Branco. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1941.; D'AMARAL,

1845. Era filho do Visconde de Rio Branco, lideranca política à época da assinatura da Lei do Ventre Livre. Estudou até 1861 no Imperial Colégio Pedro II, ingressando, no ano seguinte, na Faculdade de Direito de São Paulo, vindo a completar o Curso pela Faculdade de Direito do Recife. Em 1864, iniciava sua carreira de escrito, publicando obra sobrea a Guerra da Cisplatina. Ao final dos anos sessenta, viajava por vários países europeus e, em 1867, foi eleito sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Ainda nessa época, atuou como docente de História e Geografia no Colégio Pedro II e foi nomeado promotor público em Friburgo. Foi eleito e reeleito Deputado pela província de Mato Grosso, em 1869, e, pouco depois, acompanhou o pai, como secretário da Missão formada para tratar da pacificação com o Paraguai. Em 1875, foi eleito sócio honorário do IHGB e, no ano seguinte, passa a atuar como cônsul em Liverpool, passando a viajar por vários países europeus e, em 1880, recebia o título de Conselheiro da Coroa. No ano de 1888 recebeu o título de Barão e, proclamada a República no Brasil, aceitou-a como um fato consumado

Márcio Tavares. Barão do Rio Branco. São Paulo: Editora Três, 1974.; D'ESPANET, A. Barão do Rio Branco: notas políticas e biográficas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911.; JORGE, Arthur Guimarães de Araújo. Rio Branco e as fronteiras do Brasil: uma introdução às obras do Barão do Rio Branco. Brasília: Senado Federal, 1999.; LINS, Álvaro. Rio Branco (o Barão do Rio Branco) 1845-1912. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.; RIO BRANCO, Raul do. Reminiscências do Barão do Rio Branco. José Olympio, 1942.; e VIANA FILHO, Luiz. A vida do Barão do Rio Branco. 2.ed. São Paulo; Martins, 1967.

A partir da mudança na forma de governo brasileira, apesar das imposições legais contrárias aos títulos nobiliárquicos, Paranhos iria denominação de Barão e passaria a ter ação significativa na política externa da jovem República. Atuou na Questão de Palmas, com a Argentina, obtendo ganho de causa para o Brasil, a partir da intermediação norteamericana, em 1895; na Questão da Ilha da Trindade, em 1895-1896, contra a Inglaterra, sendo reconhecida a posse da ilha para o Brasil, através da mediação portuguesa; e na questão do Amapá, em relação à fronteira com a Guiana Francesa, resultando na vitória brasileira, em 1900, mediante decisão da arbitragem suíça. Em 1902 foi nomeado Ministro das Relações Exteriores, agindo na Questão do Pirara, na fronteira com a Guiana Inglesa, resultando, em 1904, na decisão arbitral italiana, pela divisão do território em litígio; e na Questão do Acre com a Bolívia, encerrada em 1903 e com o Peru, em 1909, com a ampla negociação em torno das terras acreanas adquiridas pelo Brasil. Nessa época foram ajustadas também as fronteiras com a Guiana Holandesa (1906), com a Colômbia (1907) e o Uruguai (1909). Ainda no Brasil organizou a âmbito internacional, o Conferência Pan-Americana (1906) e, no ano seguinte, participou com êxito da Conferência de Paz em Haia.

A política externa empreendida por Rio Branco foi reflexo da estabilidade interna da República Brasileira, após os anos iniciais de agitação política e crise econômica. Era o apogeu do modelo oligárquico, calcado na política agroexportadora, notadamente do café e o saneamento das finanças nacionais. Imprimiu certa autonomia à sua atuação política que perpassou quatro administrações presidenciais (Rodrigues Alves,

Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca), vindo a estabelecer uma conduta própria ao Ministério das Relações Exteriores, independente das transições políticas. Verificando o caráter inexorável da expansão do poderio estadunidense, buscou uma aproximação pragmática com os norte-americanos, a qual viria a ser confundida com alinhamento automático pelos seus sucessores na chancelaria. Tal pragmatismo para com a influência dos Estados Unidos advinha da relevância de tal país em relação à aquisição do café brasileiro e como uma possível aliança diante da histórica desconfiança dos vizinhos sul-americanos das pretensões imperialistas de algumas das nações europeias, com territórios fronteiricos ao Brasil. Ainda durante a sua gestão, buscou criar mecanismos para demonstrar a relevância brasileira e elevar o seu prestígio no cenário mundial, ampliando as representações nacionais em vários países, organizando e participando de eventos internacionais⁴¹. Sua gestão à frente das relações exteriores brasileiras só se encerraria com a sua morte. em 10 de fevereiro de 1912.

Dentre os homens públicos que atuaram ao longo da República Velha, o Barão do Rio Branco viria a ter significativo destaque, notadamente pelo tempo que

⁴¹ Sobre a política exterior à época de Rio Branco, ver: CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2.ed. Brasília: Ed. da UnB, 2002. p. 177-197.; e BURNS, E. Bradford. As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República. In: FAUSTO, B. (dir.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil Republicano – sociedade e instituições (1889-1930)*. 2.ed. São Paulo: DIFEL, 1978. v. 9. p. 379-399.

permaneceu atuando. Sua presença junto às páginas dos jornais era constante, o que pode ser constatado por meio da imprensa caricata, chegando sua figura a ser mais estampada até mesmo que alguns dos presidentes da república. Tendo em vista sua ação no que tange às relações exteriores, as caricaturas acompanharam Rio Branco durante toda a sua gestão, ficando demarcada certa admiração pelos seus serviços prestados ao país e pelo porte físico - alto, corpulento, calvo e com enormes bigodes - fizeram-no um tipo popular entre caricaturistas [Figuras 1 e 2]. Dentre as representações caricaturais do personagem, houve uma significativa predominância daqueles que lhe foram favoráveis42. Entre elogios, mais numerosos, e algumas alfinetadas, Rio Branco tornou-se personagem recorrente e popular junto à caricatura brasileira, bastando sua representação gráfica ou a utilização da expressão "Barão" para que ele viesse a ser facilmente identificado⁴³. Dava-se assim, certa popularização da imagem do Barão, cujo rosto passou a ser um dos mais reconhecidos da vida política nacional, retratado em várias circunstâncias, como pode ser demarcado a partir de alguns poucos exemplos⁴⁴.

-

⁴² PEREIRA, Manoel Gomes. Apresentação. In: PORTO, Ângela (org.). *O Barão do Rio Branco e a caricatura: coleção e memória*. Rio de Janeiro: FUNAG, 2012. p. 12.

⁴³ LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. p. 293-294

⁴⁴ Caricaturas extraídas de: LIMA. p. 293-307.; e PEREIRA, Manoel Gomes. Apresentação. In: PORTO, Ângela (org.). *O Barão do Rio Branco e a caricatura: coleção e memória*. Rio de Janeiro: FUNAG, 2012.

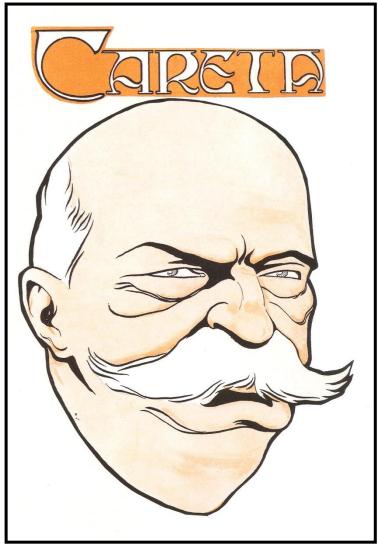


Figura 1 – "O Barão" – J. Carlos, Capa da Careta (13 jun. 1908).

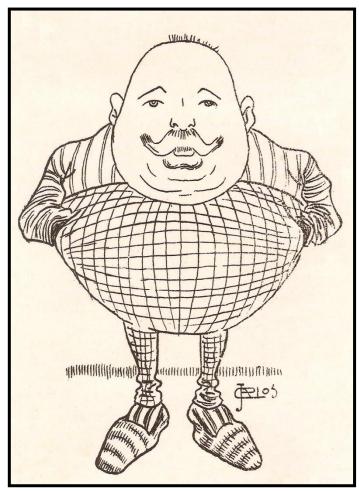


Figura 2 – "Dizem que estou muito inchado com o tratado... Engano, eu sempre fui assim... gorducho" – J. Carlos, *Tagarela* (14 jan. 1904).

Nesse sentido, o diplomata era apresentado, na busca de ressaltar suas virtudes, como o timoneiro da política internacional brasileira, conduzindo-a com mão

de ferro, ou ainda recebendo a aclamação popular [Figuras 3 e 4]. A perspectiva da popularidade do Barão demonstrada também através das informais e até ecléticas nas quais ele era representando, chegando a ser estampado como um futebolista, na expectativa para chutar uma bola - que simbolizava um diplomata argentino -, contando com a torcida do povo; ainda como um halterofilista, que intentava equilibrar o peso da força e da diplomacia nas negociações em torno da posse do Acre [Figuras 5 e 6]. Essa penetração popular chegaria a ser utilizada pelas revistas ilustradas para a realização de propagandas, de modo que a figura de Rio Branco chegou a servir para vender de pianos a bombons e charutos [Figuras 7 e 8].



Figura 3 – "Bismarck ao leme. Rio Branco: Tento no leme, que a grita dos jornais argentinos procura desviar-me do rumo!... E, talvez por ironia, talvez por despeito, chamam-me lá o *Chanceler de Ferro*... Pudera! Estavam habituados aos chanceleres de banana!..." – J. R. Lobão, *O Malho* (1º ago. 1908).

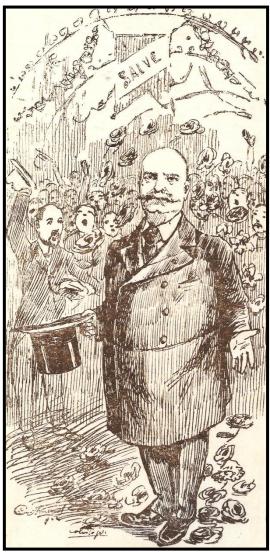


Figura 4 – "O futuro vencedor do Acre: Obrigado meu povo!" – Crispim do Amaral, *O Malho* (6 dez. 1902).

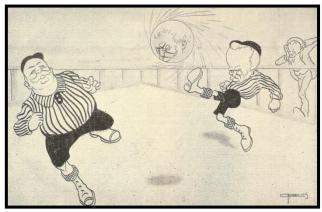


Figura 5 – "Zé-povo: Aí, canelinha de ouro!... Enche!!!..." – J. Carlos, *Careta* (31 out. 1909)

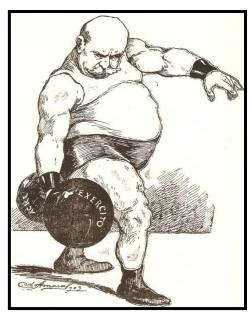


Figura 6 – "Seu Rui! Acuda!..." – Crispim do Amaral, *A Avenida* (22 ago. 1903).

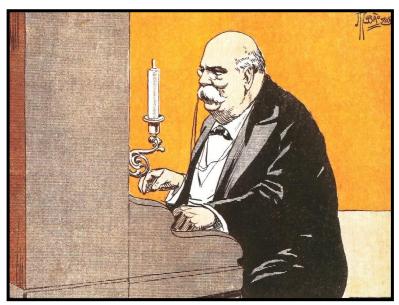


Figura 7 – "Diplomaticamente. Agora que o Zeballos virou de catambrias, posso com mais vigor, certeza e harmonia, tocar o hino da paz... Nada melhor para isso do que o piano Ritter, sem dúvida alguma o melhor e o mais perfeito que se conhece nas boas rodas" – J. R. Lobão, *O Malho* (1º ago. 1908).

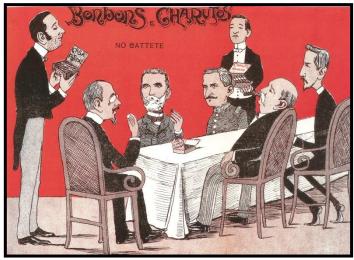


Figura 8 – "Bombons e charutos no Catete. (...). Rio Branco: Bombons... os da Casa Postal! Iguais aos do Bernardo... aqueles que tanto comi quando era pequeno! Hoje gosto mais dos bons charutos de Havana. (...)" – J. Dubois (Alfredo Cândido), *O Malho* (10 dez. 1904).

A própria perspectiva de erguer monumentos estatuários ao Barão do Rio Branco já aparecia simbólica ou literalmente nas páginas das publicações caricatas. Foi o caso de uma gravura que mostrava o busto do personagem recebendo coroas de louros da História e de outros personagens que representavam as questões diplomáticas do Acre, das Missões e do Amapá, atitudes que deveriam compor as páginas da História pátria. Em outra, o Barão era efetivamente transformado em estátua erguida sobre o pedestal do prestígio, contando com a simpatia do povo e pairando acima dos esforços dos políticos e da politicagem em atuarem em detrimento de

sua imagem. Já como uma homenagem póstuma, Rio Branco apareceria como um verdadeiro marco da nacionalidade e, no lugar mais alto, tinha a bandeira à mão, sendo representado como um anteparo das fronteiras brasileiras, estendendo a outra mão em sinal de parar os interesses estrangeiros, na defesa do território [Figuras 9, 10 e 11]. Tal popularidade viria ainda mais à tona após a morte do diplomata, de modo que aquelas representações caricatas acabariam por tornar-se realidade em vários lugares do Brasil, inclusive na cidade do Rio Grande.



Figura 9 – "Amende honorable! Atravessaste as opiniões mais desencontradas e a todas nós procuramos interpretar nas colunas deste semanário. Hoje limitamo-nos a transportar para aqui uma das páginas da História." – Alfredo Cândido, A Larva (11 jan. 1904).

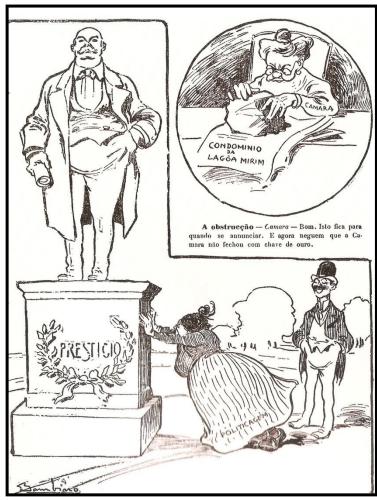


Figura 10 – "A obstrução. Câmara: Bom. Isto fica para quando se anunciar. E agora neguem que a Câmara não fechou com chave de ouro./ Firme. Zé: Qual, madama! É um esforço inútil. Ele está muito firme no seu pedestal..." – Bambino, *Jornal do Brasil* (9 jan. 1910).

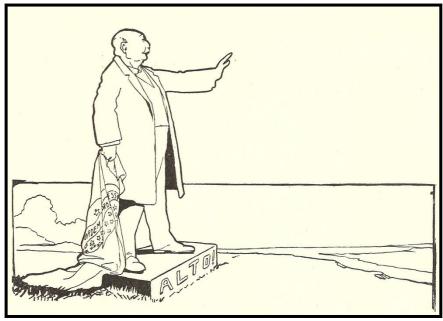


Figura 11 – "Defesa do território. O marco das fronteiras brasileiras" – K. Lixto, *Fon-Fon!* (24 fev. 1912).

A memória por intento

Bem de acordo com a ideia da perpetuação de determinados personagens e/ou acontecimentos junto à memória coletiva através do erguimento de estátuas, o Barão do Rio Branco viria a constituir um dos mais destacados em se tratando da ereção de monumentos, o que viria a ocorrer em lugares os mais diversos ao longo do território nacional. Além de um incontável número de bustos, diversos foram os frondosos monumentos estatuários erguidos em homenagem ao diplomata, como no caso daqueles das cidades do Rio de Janeiro, do

Recife, de Curitiba, de Porto Alegre e de Uruguaiana, apenas para citar algumas poucas. Na mais antiga comunidade sul-rio-grandense tal atitude também ocorreria, surgindo a ideia já à época da morte do chanceler. Projetos foram estabelecidos, comissões formadas e verbas arrecadadas em direção a tal intento que não chegou a ocorrer logo em seguida ao falecimento, conforme planejado, tendo em vista circunstâncias específicas citadinas e conjunturais como a própria deflagração da I Guerra Mundial. As matérias publicadas pela imprensa rio-grandina constituem um documento essencial para que possam ser vislumbradas as motivações para a edificação do monumento, bem a contento com a perspectiva de que a preservação da memória aparecia por intento central.

Nesse sentido, ainda em 1913, o jornal Echo do Sul divulgava que o Rio Grande iria erigir um monumento ao personagem, explicando alguns detalhes da escolha do modelo para a estátua. A publicação rio-grandina noticiava que, no salão nobre do Clube Caixeiral reunirase a Comissão Central para a escolha do projeto do monumento a ser erigido em memória do Barão do Rio Branco, oportunidade na qual foram discutidas pelos membros da Comissão as várias propostas apresentadas. Destacava a folha que, após o debate foi, por unanimidade, preferido como mais vantajoso pelo lado artístico e econômico, o projeto em maquete de H. Drechsler & Filhos, empresa de Porto Alegre, com as modificações que a Comissão alvitrou, devendo ser lavrado o contrato para a execução da obra. Ficava previsto que o monumento seria de bronze e granito do estado, sendo as peças daquele metal fundidas na Europa, e a maquete definitiva modelada no Rio Grande

para ser fiscalizada por representante da Comissão. Uma vez que o custo da obra seria superior aos valores até então arrecadados, a Comissão Central prosseguiria nos seus trabalhos de angariar donativos, esperando mais uma vez que não lhe faltasse o apoio público de que tanto carecia, para o cabal desempenho da sua tarefa cívica⁴⁵.

O Echo do Sul, para satisfazer a "justa curiosidade pública", inseria em sua edição os clichês com dois aspectos do monumento projetado [Figura 12] e anunciava que a maquete estaria em exposição no escaparate da Casa Bromberg46. Na mesma linha, O Tempo relatava que que ocorrera a reunião da Comissão Central que fora constituída para perpetuar na cidade o nome do Barão do Rio Branco, em um monumento de arte. Referindo-se ao projeto vencedor, opinava que, no seu conjunto e detalhes, era "soberbo", sendo certo que, uma vez executado, ele deveria agradar imensamente. Nesse sentido, descrevia que o "glorioso estadista brasileiro" era representado de pé, em atitude de que acabara de assinar um tratado, tendo no pedestal uma águia de asas espalmadas, pousada sobre um globo, na parte correspondente à América do Sul, para simbolizar o "gênio forte e tutelar do chanceler", em relevo em tal continente e principalmente no Brasil. A folha escrevia ainda sobre a assinatura do contrato, o local da colocação da estátua e realçava que, como era ainda insuficiente o total de donativos arrecadado, dentro em breve a Comissão Central prosseguiria nos seus trabalhos,

_

⁴⁵ ECHO DO SUL. Rio Grande, 12 ago. 1913. A. 59. N. 182. p. 1.

⁴⁶ ECHO DO SUL. Rio Grande, 12 ago. 1913. A. 59. N. 182. p. 1.

apelando mais uma vez para a "nunca desmentida generosidade" do povo rio-grandense⁴⁷.

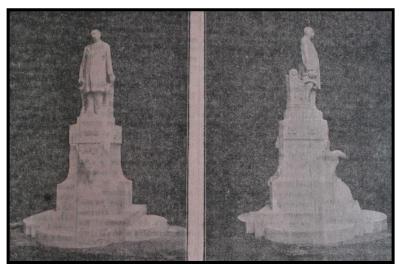


Figura 12 – Fotografias da maquete do monumento publicada no jornal *Echo do Sul* (12 ago 1913).

Vencidas as dificuldades, a representação estatuária do Barão viria a ser inaugurada no ano de 1925 e, mais uma vez, os periódicos teriam papel relevante no destaque aos atos inaugurais. O *Echo do Sul* enfatizava que a cidade do Rio Grande iria cumprir o seu dever de gratidão e civismo para com um dos maiores vultos da História Pátria, José da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco. Segundo a folha, dessa maneira, estaria o povo citadino a prestar uma merecida homenagem, àquele "varão ilustre" que se transformara, para todos os "brasileiros verdadeiramente patriotas, em

⁴⁷ O TEMPO. Rio Grande, 12 ago. 1913. A. 7. N. 182. p. 1-2.

um "exemplo dignificante de patriotismo". Bem demarcando a intenção da perpetuação histórica, o diário demarcava que aquela estátua de bronze erguida na Praça Sete de Setembro serviria para demonstrar às gerações futuras que aquele seria um dos muitos filhos da pátria brasileira que soubera honrá-la e elevá-la, no estrangeiro, "amando-a com verdadeira abnegação"⁴⁸.

O Echo informava ainda que o ato da inauguração se revestiria de toda a solenidade, com a presença de autoridades civis, militares e eclesiásticas. Enfatizava que viria da cidade vizinha de Pelotas uma companhia de guerra, com sua respectiva banda musical, para formar a guarda de honra juntamente com o contingente auxiliar da Brigada Militar da urbe portuária, e uma companhia do Ginásio Lemos Júnior, havendo a formação dos novos reservistas, aos quais seriam inauguração, entregues, após respectivas a as cadernetas. Segundo a folha, durante a solenidade, seriam também distribuídos aos presentes retratos do Barão do Rio Branco. Ainda a respeito da inauguração, o jornal afirmava que Comissão promotora havia dirigido telegramas ao presidente do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, e ao comandante da Região Militar, Andrade Neves. Para ilustrar a matéria, o periódico estampava um retrato do homenageado⁴⁹ [Figura 13].

⁴⁸ ECHO DO SUL. Rio Grande, 7 fev. 1925. A. 71. N. 31. p. 1.

⁴⁹ ECHO DO SUL. Rio Grande, 7 fev. 1925. A. 71. N. 31. p. 1.

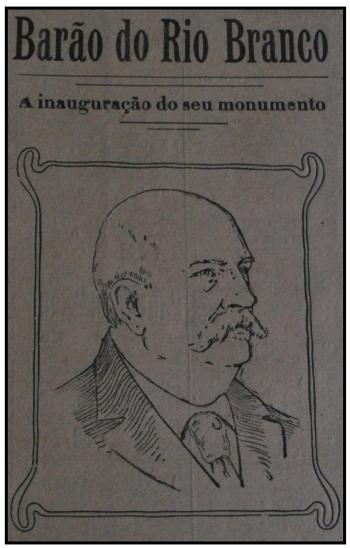


Figura 13 – Gravura publicada na primeira página do *Echo do Sul* (7 fev. 1925)

O mesmo jornal informava sobre a presença na cidade, para o ato inaugural, de Franco Ferreira, representando o comandante da Região Militar. Descrevia ainda que a Comissão responsável pela solenidade solicitara ao comércio que houvesse o fechamento das portas às 16 horas, para que maior público comparecesse à inauguração, o que considerado muito justo pela folha, tendo em vista que assim todos poderiam assistir àquela "homenagem de gratidão e civismo". Informava também que, por motivo de força maior, não seriam entregues aos reservistas do Tiro de Guerra Nº 1, suas respectivas cadernetas. A seguir, o *Echo* publicava alguns "rápidos biográficos" do homenageado, enfatizando que o mesmo desempenhara mais importantes as diplomáticas, ocupando a pasta das Relações Exteriores, deixara um "nome inveiável", "memoráveis direito as conquistas do iniciativa"50.

Eram destacadas também pelo periódico as ações do diplomata nas questões de Palmas, do Amapá e do Acre, fazendo referências também à ação intelectual do Barão do Rio Branco, a partir da autoria de "notáveis estudos históricos" e um "magistral resumo" da História do Paraguai. A publicação rio-grandina explicava também como fora resolvida a ereção do monumento, destacando que poucos dias após o falecimento do homenageado, reunira-se uma comissão que, após várias trocas de ideias, resolvera pela ereção de uma erma à memória do Barão do Rio Branco, sendo, posteriormente mudado o plano para o erguimento de um monumento.

⁵⁰ ECHO DO SUL. Rio Grande, 9 fev. 1925. A. 71. N. 32. p. 1.

Informava que à época foram formadas várias comissões, uma central, e outras para angariar donativos, para estudar o projeto do monumento e escolher o local onde deveria ser levantado, para a organização de festas. A maior parte dos membros dos referidos comitês era formada por militares, autoridades públicas e empresários⁵¹.

O jornal Rio Grande foi outra folha rio-grandina que noticiou os atos inaugurais. Antes mesmo de referirse à ereção do monumento, o periódico já intentava prestar um "culto cívico" à memória do homenageado. O periódico dizia em seu editorial que mais um ano se passaria da "data dolorosa e triste" na qual desaparecera "vulto gigantesco número dos vivos o extraordinário" do "estadista eminente" e "patriota incomparável" que fora José Maria da Silva Paranhos, o "inolvidável" Barão do Rio Branco. A folha exclamava que naquela data, por todos os recantos da pátria, desde as verdes campinas sulinas até os sertões do nordeste e as florestas do Amazonas, ecoara a "trágica nova" de que não pulsava aquele "coração generoso" que tanto soubera amar a "gleba querida" de sua terra natal. Seguindo tal linha de pensamento, a publicação longos separavam que treze anos contemporaneidade daquele "lutuoso acontecimento" que viera a ferir o Brasil no "mais caro dos seus afetos", roubando-lhe o "filho dileto e estremecido", cuja vida fora toda ela um "rosário interminável" de "dedicados, inteligentes e assinalados serviços" pela segurança da integridade pátria, pela "intangibilidade da honra nacional", pela elevação do "renome" brasileiro no

⁵¹ ECHO DO SUL. Rio Grande, 9 fev. 1925. A. 71. N. 32. p. 1.

estrangeiro e pelo progresso, desenvolvimento e bemestar da pátria⁵².

Mantendo a perspectiva do enaltecimento, o Rio Grande se referia ao "posto espinhoso" de Rio Branco como chanceler, afirmando que seria longo e quase impossível enumerar uma a uma todas as "grandes conquistas do excelso brasileiro", que passara "à posteridade, justamente havido" como o "obreiro da confraternização sul-americana", 0 "libertador econômico da República" e o "consolidador do patrimônio territorial" brasileiro. Diante disso, a folha argumentava que seriam necessários apenas alguns breves exemplos, dentre os "inúmeros importantíssimos problemas" nos quais a diplomacia brasileira triunfara pelo "gênio fulgurante" de Rio Branco, de modo a aureolar o nome do "extraordinário patriota", fazendo-o "ingressar na imortalidade", escolhendo, para tanto, as questões do Amapá e de Palmas. De acordo com o jornal, sem "o mais ligeiro estremecimento", sem que necessário fosse disparar um único tiro ou derramar uma só gota de sangue, o "eminente chanceler" solucionara "pacífica e honrosamente" as duas seculares questões que vinham desde muito ameaçando a "atmosfera de paz" vivida pelos brasileiros⁵³.

O jornal rio-grandino citava ainda a negociação das fronteiras brasileiras com a Bolívia e a Colômbia, nas quais teria sido incorporado ao "patrimônio nacional" um território maior do que vários países europeus. Nesse sentido, afirmava que nada mais parecia necessário acrescentar para a "glorificação do eminente

DIO CRANDE D'a Com 1, 0 (a. 1005

⁵² RIO GRANDE. Rio Grande, 9 fev. 1925. A. 12. N. 58. p. 1.

⁵³ RIO GRANDE. Rio Grande, 9 fev. 1925. A. 12. N. 58. p. 1.

patrício" e para que o seu nome vivesse, "como uma legenda", no coração "verdadeiros de todos os brasileiros". Lançando um olhar crítico sobre conjuntura de contestação às instituições nacionais, o periódico dizia ser reconfortante que, em uma época na qual "as paixões tudo destruíam, aniquilavam e amortalhavam", "sentimento patriótico" O adormecera e a "memória sacrossanta" de Rio Branco continuaria a ser "cultuada com verdadeiro carinho" no coração de todos que não eram alheios aos destinos da pátria⁵⁴.

Prosseguindo no tom exortativo, o Rio Grande declarava que Rio Branco não morrera, porque se o seu "corpo de gigante" desaparecera no segredo de um túmulo, a sua "memória rediviva" continuaria no "culto das gerações" que o sucederam, como um "fanal, apontando a todos o caminho do dever, da dignidade e do patriotismo". Ainda em referência aos movimentos rebeldes que sacudiam o status quo nacional, a folha dizia-se reconfortada por ver que, na "época triste" atravessada, na qual surgiam tantos "brasileiros indignos", que se batiam pela "desagregação física e moral" da pátria, ainda não se olvidara "a gratidão" que todos deviam para com o estadista classificado como "nome tutelar" da integridade nacional. Após todo o introito de exaltação, o periódico anunciava que a cidade do Rio Grande, a qual teria merecido do diplomata, "por motivos particulares, especial atenção", daria, na data que assinalava o "doloroso passamento" do "inolvidável brasileiro, um "exemplo edificante" dos "sentimentos cívicos do seu povo", inaugurando em um dos seus

⁵⁴ RIO GRANDE. Rio Grande, 9 fev. 1925. A. 12. N. 58. p. 1.

"aprazíveis logradouros públicos", o monumento que perpetuaria no bronze, a memória daquele que seria tido como o "maior dos brasileiros", o "príncipe do s estadistas" e a "verdadeira encarnação do patriotismo" 55.

O Tempo foi outra publicação rio-grandina que deu destaque à inauguração da estátua do diplomata. Já na primeira página era apresentado um convite da comissão promotora do monumento ao "benemérito brasileiro" Barão do Rio Branco, voltado às autoridades civis, militares e eclesiásticas, ao corpo consular, às associações, à imprensa e à população em geral, invocando todos a assistirem à inauguração solene e informando que não haveria convites especiais afora aquele publicado junto à imprensa. O jornal também editaria matéria sobre o ato, ressaltando que aquele monumento constituía uma "viva afirmação do civismo" dos rio-grandinos, por prestarem "a mais lídima homenagem" à memória de um "grande brasileiro", perpetuando no bronze a sua "recordação patriótica". O homenageado era descrito como insigne diplomata e estadista, sendo feitas referências às suas "vitórias diplomáticas", com ênfase à quantidade de quilômetros em que fora aumentado o território brasileiro e à ação do "eminente patrício" como chanceler, papel que teria exercido com "sumo brilho" até a sua morte, em um período assinalado pelo término das questões de limites e por tratados de arbitramento firmados com quase todas as nações da América e da Europa⁵⁶.

De acordo com *O Tempo*, a popularidade de Rio Branco passara as fronteiras do Brasil, derramando-se

 $^{^{55}}$ RIO GRANDE. Rio Grande, 9 fev. 1925. A. 12. N. 58. p. 1.

⁵⁶ O TEMPO. Rio Grande, 10 fev. 1925. A. 19. N. 59. p. 1.

pelos territórios das repúblicas vizinhas, além do que, quando faleceu, sua morte teria sido pranteada por todo o país, tal qual um "cataclismo nacional". O periódico também traçava breve histórico sobre a ereção do monumento, descrevendo-o em sua composição e destacando que o mesmo representava o chanceler de pé, em posição de quem se ergue da poltrona, com um papel diplomático em uma das mãos, tendo a outra apoiada no braço do assento. A descrição continuava de parte da folha, ressaltando que dos lados, em granito polido, havia em relevo os acontecimentos principais da vida diplomática do homenageado e, na face anterior, aparecia em metade um globo de bronze, com a América do Sul em relevo, estando sobre as fronteias uma águia, visando a representar "a proteção e a defesa do gênio de Rio Branco", ao passo que, na face posterior, estava um escudo com a inscrição "Homenagem do povo do Rio Grande ao Barão do Rio Branco - 1924". Tal folha enfatizava ainda que o monumento fora erguido à custa de subscrições populares, auxílios pecuniários do poder público municipal e inúmeras contribuições em serviços e obras, de firmas comerciais e particulares citadinas. O periódico descrevia a inauguração, a qual contaria com orador oficial e presidência do Intendente Municipal, fazendo também alusão à distribuição de retratos do homenageado e ao pedido da comissão para o fechamento do comércio⁵⁷.

Uma vez realizada a cerimônia inaugural, os jornais rio-grandinos continuaram a divulgar o evento. Nessa linha, o *Rio Grande* intitulava a notícia da inauguração do monumento como um "culto cívico",

⁵⁷ O TEMPO. Rio Grande, 10 fev. 1925. A. 19. N. 59. p. 1.

destacando que tal ato teria constituído um "novo testemunho" dos "elevados sentimentos cívicos" do povo rio-grandino e do seu "verdadeiro patriotismo" revelado no "culto à memória" dos "grandes vultos da pátria". A folha considerava que a população citadina tinha ainda aquela "mesma veneração de sempre" pela "grande patriota do e extraordinário diplomata". O jornal informava que à solenidade comparecera significativo público, referindo-se a uma grande romaria de pessoas e à multidão presente e minuciosamente descreveu os atos, descerramento do monumento, discursos, execução de músicas, depósito de coroas de louros e foguetório. Segundo o periódico, em meio às manifestações dos oradores, prevaleceram aquelas que enalteciam a "obra gigantesca do eminente" Rio Branco e a "série interminável de relevantes serviços" por ele prestados "à causa da segurança, da integridade, da paz e da grandeza nacional"58.

Mas a publicação rio-grandina não deixava de fazer alusão aos discursos que se referiam à complexa conjuntura política de então, como o que invocava a memória daquele "vulto gigantesco" que ali se perpetuava, para que não desamparasse os brasileiros naquele "instante de luto e de dor", no qual "ambições desmedidas e despeito incontidos" estariam a perturbar o sossego e a tranquilidade nacional. Outra manifestação também invocara, naquele "momento doloroso de lutas intestinas e impatrióticas" a "memória sagrada" de Rio Branco, cuja vida teria sido "toda ela consagrada" ao "trabalho grandioso da paz e do progresso do Brasil". O

⁵⁸ RIO GRANDE. Rio Grande, 11 fev. 1925. A. 12. N. 60. p. 2.

jornal descrevia ainda o encerramento do evento, concluindo que fora rendido um "preito de gratidão" ao "inolvidável brasileiro" que tanta soubera "amar e servir à sua pátria", de parte de um povo que cumprira o seu "dever de gratidão" para com o "imortal chanceler". Segundo a folha, o dever estava cumprido e a memória de Rio Branco ficava ali perpetuada no bronze, na forma de uma estátua que serviria como um "marco milenário", a atestar "bem alto" os "sentimentos cívicos" do povo e o seu "reconhecimento eterno" ao "glorioso Rio Branco" ⁵⁹.

O Echo do Sul também viria a noticiar os relação ato inaugural, acontecimentos em ao descrevendo que, muito antes da hora marcada, o recinto já se encontrava repleto de famílias, altas autoridades civis, militares e eclesiásticas, imprensa e grande número de populares. A folha narrava ainda que a estátua estava coberta com um grande pano listrado de verde e amarelo ofertado pela Fábrica Ítalo-Brasileira, sendo a mesma descerrada pelo Intendente Municipal, sob o som do hino nacional. Segundo o jornal, as peças oratórias proferidas teriam prendido a atenção da assistência e arrancado fortes palmas da multidão. Noticiava ainda que os representantes consulares de Argentina e Uruguai depositaram "expressivas dedicatórias" ao pé do monumento, que vários registros fotográficos foram realizados, que entre os presentes foram distribuídos milhares de cartões postais com a efígie do Barão do Rio Branco e que, após a inauguração, houve passeata pelas ruas, com desfile

⁵⁹ RIO GRANDE. Rio Grande, 11 fev. 1925. A. 12. N. 60. p. 2.

militar, ao som de "magnífica orquestra", demarcando o impacto do evento⁶⁰.

Como que em conclusão aqueles atos solenes, o Rio Grande publicaria mais uma matéria editorial sobre Rio Branco, salientando que a "cerimonia glorificadora" na cidade do Rio Grande fora um atestado a mais de "verdade axiomática", 011 seja, personalidades para quem a "justiça da história" começava a falar na palavra e na consciência dos contemporâneos. O jornal destacava o erguimento da estátua do "excelso cidadão", sobre o qual haviam caído "flores da gratidão comovida dos patrícios", enaltecendo a partir da "apoteose coletiva", os "méritos extraordinário conquistador" que, sem armas, "agigantou" a pátria em "opulência territorial" e "respeitosa admiração" dos povos. Considerava que a significativa assistência à inauguração presenciara a evocação de um período "dos mais fulgurantes da história nacional", caracterizado pela "luminosa obra do patriota" e do "homem superior", cujos "séculos de civilização" do porvir poderiam "tomar paradigma da aspiração da paz e da fraternidade humanas". O jornal mais uma vez fazia alusão às questões diplomáticas nas quais Rio Branco fora "vencedor", elevando o seu "acervo de conquistas" e levando em frente sua "tarefa sem par de traçar as fronteiras da sua terra", com "trabalho e inteligência" e sendo "persuasivo e confiante". Especificamente a respeito das fronteiras sulinas, o periódico exclamava que o diplomata não fechara a sua carreira pública, sem firmar outra "obra de reparação internacional" que o

⁶⁰ ECHO DO SUL. Rio Grande, 11 fev. 1925. A. 71. N. 34. p. 2.

elevara, "honrando o espírito superior" que o distinguia. Era uma referência ao tratado demarcatório das fronteiras entre o Brasil e o Uruguai, considerado como o "fecho de ouro" na "cadeia de vitórias" que o "gênio imortal" do chanceler batalhara e vencera⁶¹.

A ação diplomática de Rio Branco na fronteira extremo-meridional brasileira era vista pelo jornal como prova de seu "anseio de concórdia" e "pacífica atividade" com a qual modelara todas "as suas realizações". Segundo o Rio Grande, o chanceler era um "amigo da paz", que "amava muito o seu país", mas não esquecia a "finalidade fraternal" que traçara na sua vida de diplomata. Nesse sentido, considerava que, ninguém como ele pugnara por aquele ideal, dando mostras dos seus "sentimentos humanísticos", de modo que o seu quase meio século de atividade política constituía o "fastígio da história diplomática do Brasil", bem como um período "sem semelhanças", no qual o país readquirira uma enorme extensão geográfica, "sem lutas, sem mortes e sem sangue". Na mesma linha, a publicação rio-grandina dizia que, naqueles anos vinte, nos quais os povos encontravam ainda na guerra o meio de dirimir os seus litígios, os brasileiros poderiam recordar "com orgulho" aquele pedaço da sua história, no qual a "mentalidade nova da América" viera "beber a partir da diplomacia brasileira. ensinamentos" "expansões folha exaltava Finalmente, a as patriotismo jubiloso", através das quais se lançara "bênçãos sem conta" sobre a memória de Rio Branco, a qual deveria "ser sagrada", por tratar-se de um nome

⁶¹ RIO GRANDE. Rio Grande, 12 fev. 1925. A. 12. N. 61. p. 1.

"tão límpido, tão cascateante aos ouvidos e tão vivo aos sentidos" dos brasileiros⁶².

A inauguração do monumento ao Barão do Rio Branco e sua alocação em uma praça que passara por uma renovação em suas estruturas representavam o significado daquele espaço público e o papel que a estátua passava a desempenhar em tal cenário, como ficava demarcado nos registros fotográficos de época [Figuras 14 e 15]. O "aformoseamento", expressão bastante utilizada entre o século XIX e as décadas inicias da centúria seguinte, da Praça Sete de Setembro, promovido pelas autoridades públicas revelava demonstrar que aquele espaço tinha uma função social específica, constituindo também um ponto confluências das vivências sociais comunitárias e a alocação do monumento em tal lugar passaria a ser um ponto alto de tal processo, tanto que a estátua chegou a ser ressaltada como um dos destaques citadinos, vindo a ser publicada a sua fotografia em um dos Relatórios Municipais⁶³ [Figura 16].

-

⁶² RIO GRANDE. Rio Grande, 12 fev. 1925. A. 12. N. 61. p. 1.

⁶³ INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. Relatório do Eng. João Fernandes Moreira – Intendente do Município, apresentado ao Conselho Municipal em sessão de 1º de setembro de 1927 e correspondente ao exercício de 1926. Rio Grande: Oficinas do *Rio Grande*, 1927. P. 44-45.



Figura 14 – Registro fotográfico do ato inaugural da Estátua de Rio Branco – acervo da Biblioteca Rio-Grandense



Figura 15 – Fotografia da estátua recém-inaugurada – acervo da Biblioteca Rio-Grandense



Figura 16 - Fotografia publicada no Relatório Municipal de 1926

Assim, em linhas gerais, a edificação da estátua e o estabelecimento do Barão do Rio Branco como alvo para a tentativa de edificação de uma memória coletiva em torno de sua figura levaram em conta a glorificação e o heroicizar dos "grandes vultos", bem de acordo com os padrões daquele início de século e em conformidade com a maior parte das biografias estabelecidas acerca do personagem. Nesse sentido, um de seus biógrafos referia-se ao ato de imortalizá-lo, sendo necessário da parte de todos tornar, para com ele, insolvável a "dívida de gratidão de sua pátria", o que seria feito, com "absoluta justiça", considerando-o como o "mais abalizado diplomata da América do Sul" e um dos "mais

eminentes estadistas do Universo"64. Já outro, se referia a "todos eminentes serviços em defesa dos interesses eternos do Brasil", realizados pelo Barão, que estariam "para sempre incorporados ao patrimônio moral da nação" e identificados com o seu "próprio destino histórico", destacando ainda que Rio Branco estava "consagrado pelo culto dos seus contemporâneos" e deveria sobreviver na memória dos vindouros como um dos "mais gloriosos obreiros da grandeza do Brasil"65. Outro ainda, ao descrever os funerais do chanceler, ressaltava a ampla participação e comoção popular, qualificando-a como a manifestação da "gratidão nacional" e quanto à música executada durante o féretro, apontava que a mais merecida seria Crepúsculo dos deuses, pois essa "melhor condizia com o herói"66. Esse sentido sobre-humano e heroico, calcado em ações supostamente de abnegação, altruísmo desprendimento eram as predominantes à época do erguimento da estátua, constituindo pressupostos que perderiam significado com o passar do tempo, bem como o próprio monumento viria a passar por um processo de esquecimento.

_

⁶⁴ D'ESPANET. p. 4-5.

⁶⁵ JORGE. p. 158.

⁶⁶ VIANA FILHO. p. 490.

A memória esvaecida, o sentido do patrimônio e as potencialidades quanto ao ensino de História

No cenário da arte estatuária rio-grandina, alguns dos monumentos ainda são revisitados em termos de memória, ao menos de uma maneira sazonal. São os casos dos dedicados a Bento Gonçalves, que conta com intensa vigília à época das comemorações da Semana Farroupilha; a Silva Paes, em cuja frente ocorrem as solenidades de aniversário da cidade; e a Marcílio Dias, alvo das celebrações em torno do Dia do Marinheiro. Outros, entretanto, têm sido condenados a um inclemente esquecimento, como é o caso da Coluna da Liberdade, perdida entre as copas das árvores e os prédios que tiraram sua magnitude e o próprio monumento ao Barão do Rio Branco, que permanece alocado em posição central na Praça Sete de Setembro, a qual, por muito tempo, ficou demarcada como uma zona de vulnerabilidade e marginalidade social, passando por uma certa recuperação só bem mais recentemente. Assim, há a necessidade de uma reincorporação da estátua ao Barão do Rio Branco como um significativo componente do patrimônio histórico e cultural riograndino e, a partir daí, uma reintegração monumento ao conjunto da memória social citadina.

Não se trata obviamente de uma retomada do espírito da época da idealização e do erguimento da estátua, pois a perspectiva de mitificar e heroificar personagens já há muito deixou de fazer parte das abordagens históricas. A ideia geral deve estar ligada à valorização da população em geral quanto ao seu

e, especificamente, à utilização patrimônio monumento como mote para o ensino da História junto ao público estudantil. Tal monumento é fruto da época em que foi edificado, mas também dos tempos que se seguiram em relação ao do seu sentido (ou à falta dele) para a sociedade. O patrimônio cultural está ligado também às tradições, e tanto aquelas que são herdadas do fundo dos tempos, numa linha de transmissão contínua, ou as que são inventadas num determinado momento histórico para dar uma sensação de passado longínquo, monumental e ritualizado para as próprias sociedades que as inventaram. Nesse sentido, tradições, mesmo as inventadas, são forças socioculturais importantes na medida em que geram identidades, imaginários históricos e cultos ao passado. Nessa linha, o patrimônio pode servir para conhecer o processo histórico que lhe deu origem ou para congelar o passado na forma de explicações prontas e acabadas, de modo que o fundamental é que o professor trate-o como algo vivo e pulsante que pode dizer muita coisa às pessoas, ou seja, o presente quer que o passado diga alguma coisa e o ensino pode ajudar a compreender, criticamente, por que as sociedades têm necessidade de história e "demanda de passado"67.

Nesse contexto, um processo de construção a respeito de memórias, de histórias e de construção de um determinado patrimônio deve levar em consideração a obtenção da cidadania plena e da pluralidade cultural e nada melhor que tais conquistas possam ser propiciadas através do ensino da História. De acordo com tal perspectiva, o patrimônio histórico, por ser uma

⁶⁷ NAPOLITANO. p. 85-86.

produção cultural, encerra em si características que favorecem e facilitam a relação ensino/aprendizagem por parte de quem o utiliza e por parte daqueles que o usam como fonte documental para a obtenção de conhecimentos a respeito de uma determinada época e de determinadas condições socioeconômicas. E tal processo pode ser promovido mesmo nos lugares onde possam ser encontrados esquecimentos ou lapsos de memória⁶⁸. A partir de tais premissas, podem ser estabelecidas várias perspectivas para ensina História em praça pública e, especificamente, no que tange ao entorno do monumento ao Barão do Rio Branco.

O professor/pesquisador será o mais indicado para verificar os alcances e limites em relação a esse tipo observando trabalho, as aptidões analíticas, interpretativas e de abstração de seus alunos. Um dos pontos fundamentais que podem ser trabalhado se refere exatamente à ideia original do erguimento da estátua, verificando as tendências ligadas à criação de mitos e heróis e a busca pela perpetuação junto à memória na forma de monumento. Os estudantes poderão observar abordagem formas de estão ligadas aue especificamente a um passado que já data praticamente um século e que, apesar de ainda estarem presentes no discurso do senso comum, já não fazem mais parte dos estudos de cunho histórico. Dessa maneira, a valorização da estátua como fator motivador do ensino da História não mais se apega ao personagem retratado em si, mas sim ao contexto histórico que ele representa.

68 OLIVEIRA. p. 98.

Através do monumento ao Barão do Rio Branco, torna-se possível um amplo estudo sobre a formação republicana brasileira, o apogeu da República Velha, a estabilização do regime oligárquico e a afirmação do modelo do "café com leite", com a supremacia das oligarquias centrais paulista e mineira. O processo de legitimação das fronteiras nacionais é outro tópico concernente a tais estudos, bem como o projeto de realocação do Brasil no cenário internacional, com o intento de uma revalorização do país nas relações podem ser estudadas Ainda internacionais. tendências de harmonização pan-americana sobrevivência das rivalidades com os vizinhos sulamericanos. Também pode ser alvo da abordagem histórica a correspondência entre a política interna e a externa brasileira à época de Rio Branco, ou seja, a estabilidade política calcada no padrão agroexportador, notadamente através do astro-rei da economia nacional vinculado à produção cafeeira. Os próprios elementos constitutivos que compõem a estátua também podem ser analisados.

O monumento ainda está lá significativamente próximo à época em que foi edificado. Os postes de iluminação originais e o canteiro que o contornava foram retirados e a estátua é alvo constante de pichações, recorrentemente removidas, para mais uma vez virem a atingir o conjunto estatuário. O Barão fixado em pé sobre o pedestal, com sua função universal de suporte da glória ou de manifestação de grandeza, permanece com o documento diplomático à mão em alusão à função desempenhada, enquanto a outra mão repousa sobre a cadeira ministerial que ocupou por uma década inteira à frente das relações exteriores nacionais. Às costas da

cadeira aparece a coroa de louros, intentando simbolizar o caráter transcendente de uma realização qualquer bem-sucedida do diplomata em suas lides, ou seja, a coroa é a recompensa de uma prova e uma promessa de vida imortal⁶⁹, bem como é um signo visível de um sucesso, de um coroamento, que passa do ato ao sujeito criador da ação⁷⁰. O personagem tem a sua face voltada para o sul, em uma referência à fronteira meridional do Brasil com o Uruguai, fruto de extremados conflitos que atravessaram os séculos e os períodos colonial, imperial e republicano. Ao contrário do que mostravam as fotografias e as caricaturas da época, o Barão, ao invés da figura rechonchuda, foi representado em um forma até certo ponto esguia, demarcada apesar do uso de alinhado sobretudo [Figuras 17 e 18].

.

 ⁶⁹ CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 289 e 910.
 ⁷⁰ CIRLOT, Juan-Eduardo. Dicionário de símbolos. São Paulo: Moraes, 1984. p. 183.



Figura 17 - Vista de frente da estátua



Figura 18 - Vista da parte posterior da estátua

Figuras animais e suas simbologias também fazem parte do monumento. Nos detalhes da cadeira aparecem estilizadas cabeças de leão, com toda a sua significação de poder, soberania e luminosidade e, como o "rei dos animais" terrestres, é o símbolo do senhor natural, possuidor da força e dos princípios. Na parte da frente do monumento, logo abaixo da estátua aparece a figura de uma águia, adornada com ramos de café, em analogia à base da economia nacional. A águia, por sua vez, é a "rainha das aves" e aquela que acompanha os maiores deuses e os maiores heróis, constituindo um símbolo da altura, possuindo o ritmo da natureza heroica⁷¹. Ao mesmo tempo em que tais animais representam tais características voltadas ao mitificar e ao heroificar, eles também acompanham uma simbologia histórica de servirem de estandarte aos poderosos impérios, desde a antiguidade até a contemporaneidade. Ainda que os promotores do monumento tenham privilegiado o aspecto "heroico e mítico", é possível fazer ilações junto aos alunos no sentido de demonstrar que tais símbolos zoomórficos estão inevitavelmente atrelados ao imperialismo, sendo possível buscar certas similitudes com as atitudes brasileiras em relação a seus vizinhos, que, se não chegou a ser imperialista propriamente dita, poderia caracterizá-la ao menos como um "sub-imperialismo" na luta pela hegemonia do continente sul-americano [Figuras 19 e 20].

⁷¹ CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 22 e 538; e CIRLOT. p. 66 e 336.





Figuras 19a e 19b - Detalhe do monumento - cabeças estilizadas de leão nos cimos do espaldar da cadeira



Figura 20 - Detalhe do monumento - a águia

Outro detalhe se localiza aos pés da águia, próximo à base do monumento, mostrando um meio globo, no qual aparece destacado em relevo o continente sul-americano. Tal figura designa o território sobre o

qual se exerce o poder de um personagem⁷², ou seja, designa a ação do diplomata em sua faina pela consolidação das fronteiras brasileiras, o maior país da América do Sul. Mas, em uma interpretação mais contemporânea, pode representar também o pedaço de terra continental sobre o qual atuou o sub-imperialismo brasileiro. Em cada um dos lados do monumento foram gravadas indicações da atuação diplomática de Rio Branco, mais especificamente quanto às questões de fronteira nas Missões, no Acre, no Amapá, à participação internacional do Brasil em Haia, e dois tópicos que muito interessavam o Rio Grande do Sul com as inscrições Mirim e Jaguarão, em referência direta à fronteira negociada com o Uruguai e o condomínio comum entre os dois países em relação aqueles cursos de água. Um detalhe interessante é que os idealizadores do monumento optaram pela expressão Missões, quando o próprio Barão preferia Palmas, pois esta indicava a pretensão brasileira e aquela, a argentina. Finalmente, na parte de trás, permanece a placa emoldura "homenagem do povo do Rio Grande" ao chanceler [Figuras 21, 22, 23 e 24].

_

⁷² CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 472.



Figura 21 - Detalhe do monumento - o globo



Figura 22 – Detalhe do monumento – o continente americano em relevo encravado no globo



Figura 23 - Detalhe do lado esquerdo do monumento



Figura 24 - Detalhe do lado direito do monumento



Figura 25 - Detalhe da parte posterior do monumento

A inserção do monumento ao Barão do Rio Branco como mote para o ensino da História pode partir de um processo de recuperação do próprio conjunto estatuário original, com a permanente limpeza e a recolocação das luminárias originais. Além disso, no entorno da estátua há um amplo espaço, extremamente propício à colocação de painéis explicativos [Figuras 26 e

27]. Tais murais em nada prejudicariam o conjunto do patrimônio da praça e serviriam para corroborar com qualquer explicação histórica necessária transeunte quanto aos estudantes. Os painéis poderiam conter tópicos sobre a formação histórica brasileira e representativos das fronteiras nacionais. mapas Poderiam aparecer também caricaturas elaboradas acerca do personagem como as aqui destacadas e tantas outras que, com seu apelo visual e imagético, em muito poderiam complementar a apreensão. Além disso, poderiam aparecer outras representações do Barão, como nos casos das cédulas emitidas ao longo do tempo e na própria moeda de cinquenta centavos, ainda em circulação e com a efígie do personagem, visando demonstrar certa identidade entre o tema estudado e a realidade do estudante [Figura 28]. Nessa linha, sem optar-se pelo recurso do heroicizar o personagem, podese utilizar sua figura para um melhor entendimento de uma determinada conjuntura histórica.



Figura 26 - Entorno do monumento - visão pela frente



Figura 27 - Entorno do monumento - visão por trás







Figura 28a, b e c – Cédulas antigas e moeda de cinquenta centavos com a efígie de Rio Branco

Além disso, apesar das condições de fragilidade do entorno, há uma certa tendência recuperação de tal ambiente. Na própria Praça Sete de Setembro, há uma pequena cancha de futebol e uma série de brinquedos como balanços, escorregadores e gangorras nos quais há razoável fluxo de crianças [Figuras 29 e 30], as quais poderiam interagir em maior escala com o monumento. Finalmente, distanciando-se apenas alguns passos de tal espaço público, encontra-se uma das maiores escolas citadinas, que atende um público estudantil desde os anos iniciais até o ensino médio, todos eles desenvolvendo, em algum momento de suas formações, conteúdos voltados à formação histórica brasileira e que poderiam ter na estátua ao Barão do Rio Branco um interessante fator de estudo e, provavelmente, têm passado por ela, sem dar relevância aquela peça do patrimônio citadino. Dessa maneira, tal proposta das aulas de História em praça pública que, em um primeiro momento pareceria uma estratégia carregada de simplismo e improvisação, em verdade pode trazer resultados extremamente positivos.



Figura 29 - Brinquedos no entorno do monumento



Figura 30 – Presença de crianças nos brinquedos no entorno do monumento

A conscientização acerca da relevância patrimônio histórico-cultural tem lugar garantido em tais aulas promovidas junto ao espaço público, de maneira que para o aluno o patrimônio não fique parecendo como algo longínquo, intangível e intocável, mas sim como alguma coisa que está ao alcance de sua visão e até de suas mãos. É apenas um passo possível em direção ao revivificar desse patrimônio, mas com um eficaz público alvo - o estudantil que, geração a geração poderá promover tal consciência, interagindo com a memória social. E tudo isso, com uma simples aula de História em praça pública? Não apenas uma e muito menos como uma ação individual que até poderá trazer resultados, mas tal projeto obterá sucesso garantido à medida que se tornar uma prática coletiva, constante, duradoura, fundamentalmente, sistemática. e, institucional, ou seja, que venha a ter o apoio da escola e do poder público em geral à iniciativa dos docentes73. Não se trata de ensinar o "pai nosso ao vigário", pois, muito provavelmente, alguns professores já fizeram este tipo de trabalho, até mesmo em relação ao monumento a Rio Branco, de modo que este ensaio está voltado a estimular tais práticas, visando contribuir com alguns subsídios para uma inter-relação cada vez mais plena entre patrimônio, memória e ensino de História⁷⁴.

-

⁷³ ALVES, Francisco das Neves. Aprendendo História em praça pública – articulações entre patrimônio cultural, ensino de História e turismo. In: *Diversidade, identidades e o ensino da História*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2013. p. 188-190.

⁷⁴ Ampliado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *O Rio Grande do Sul e as relações internacionais do Brasil: ensaios históricos.* Lisboa; Rio Grande: Cátedra Infante Dom Henrique;

Biblioteca Rio-Grandense, 2017. p 73-94. Publicado originalmente em: *Historiae*. Rio Grande: Editora da FURG, 2015, v.6, n. 2, p.167-212.



A Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta e a Biblioteca Rio-Grandense reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação prenhe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.





